
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

JEANE VIEIRA LOPES

**SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO PÚBLICA:
CARACTERIZAÇÃO E TRAJETÓRIA**



Rio Claro
2017

JEANE VIEIRA LOPES

SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO PÚBLICA:
CARACTERIZAÇÃO E TRAJETÓRIA

Orientadora: Profa. Dra. Regiane Helena Bertagna

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Câmpus de Rio Claro, para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Rio Claro

2017

371.26 Lopes, Jeane Vieira
L864s Sistema mineiro de avaliação da educação pública:
caracterização e trajetória / Jeane Vieira Lopes. - Rio Claro,
2017

66 f. : il., figs., gráfs., quadros

Trabalho de conclusão de curso (Pedagogia) -
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de
Rio Claro

Orientador: Regiane Helena Bertagna

1. Avaliação educacional. 2. Avaliação em larga escala.
3. Avaliação de sistema. 4. Políticas educacionais. I. Título.

AGRADECIMENTOS

À Deus por minha vida, família e amigos.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

À Profa. Dra. Regiane Helena Bertagna, pela orientação, apoio e confiança.

O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida. Deste modo, por si, é um ato amoroso. Infelizmente, por nossas experiências histórico-sociais e pessoais, temos dificuldades em assim compreendê-la e praticá-la. Mas... fica o convite a todos nós. É uma meta a ser trabalhada, que, com o tempo, se transformará em realidade, por meio de nossa ação. Somos responsáveis por esse processo. (LUCKESI, 1996, p. 180).

RESUMO

A partir da década de 90 com a implementação das políticas neoliberais na área educacional a avaliação em larga escala passou a fazer parte do cotidiano das escolas, sendo utilizada como instrumento de verificação e com ênfase nos resultados. O Estado de Minas Gerais foi um dos pioneiros a realizar experiência com a avaliação em larga escala na sua rede, em 1992, porém seu sistema de avaliação foi realmente implementado em 2000, o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE). Esse tema surgiu das indagações e discussões realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional (GREPPE) sobre sistemas de avaliação, o interesse específico pelo SIMAVE foi devido à trajetória mineira no campo educacional, como precursor em políticas educacionais. Portanto, o SIMAVE será o objeto da presente pesquisa, para isso, utilizaremos da pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e documental. O objetivo da pesquisa é caracterizar o sistema de avaliação, compreender sua concepção sobre avaliação e as mudanças ocorridas no decorrer da sua trajetória, a partir de análises em documentos oficiais e trabalhos científicos que abordam essa temática, especificamente, os disponibilizados no Banco de Teses e Dissertações do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no repositório/biblioteca virtual de algumas universidades de Minas Gerais, são elas a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal Uberlândia (UFU) e Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Palavras-Chave: Avaliação em larga escala. Avaliação de Sistemas. Políticas Educacionais. SIMAVE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Estado de Minas Gerais. Rede de Ensino Pública (Federal, Estadual e Municipal). 4ª série/5º ano.....	16
Figura 2– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Todos os Estados. Rede de Ensino Pública (Federal, Estadual e Municipal). 4ª série/5º ano.....	17
Figura 3– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Estado de Minas Gerais. Rede de Ensino Pública (Federal, Estadual e Municipal). 8ª série/9º ano.....	18
Figura 4– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Todos os Estados. Rede de Ensino Pública (Federal, Estadual e Municipal). 8ª série/9º ano.....	19
Figura 5– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Estado de Minas Gerais. 3ª série do Ensino Médio.....	19
Figura 6– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Todos os Estados. 3ª Série do Ensino Médio.....	20
Figura 7-- Esquema com os programas que integram o SIMAVE.....	24
Figura 8- Trajetória do PROEB em todos os seus ciclos de avaliação.....	27
Figura 9- Avaliação da Rede Estadual.....	28
Figura 10- Avaliação da Rede Municipal.....	28
Figura 11- Trajetória do PROALFA.....	29
Figura 12 - Ciclos do PROALFA.....	30
Figura 13- Avaliação da Rede Estadual.....	31
Figura 14- Avaliação da Rede Municipal.....	31
Figura 15 - Trajetória do PAAE.....	33

Figura 16- Novidades do SIMAVE.....	34
Figura 17- Mudanças do PROALFA.....	34
Figura 18- Mudanças do PROEB.....	35
Figura 19- Mudanças dos Padrões de Desempenho do PROALFA e do PROEB.....	36

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Quadro 1: Documentos referentes ao SIMAVE.....	38
Quadro 2: Coleções das Revistas do SIMAVE.....	41
Quadro 3: Levantamento dos Trabalhos Acadêmicos.....	44
Gráfico 1: Produções Acadêmicas anuais por Universidades.....	47
Gráfico 2: Temáticas dos Trabalhos Acadêmicos.....	48
Gráfico 3: Temáticas por Universidades.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAEd/UFJF	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geociências e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio
PAAE	Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEBE	Programa de Avaliação da Rede Pública Básica
PPGP	Programa de Pós-Graduação Profissional
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEE/MG	Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública / Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	13
3	BREVE APRESENTAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E SEUS INDICADORES EDUCACIONAIS.....	15
4	DESVELANDO O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO	21
4.1	Breve trajetória da Avaliação em larga escala no Sistema Educativo de Minas Gerais até sua consolidação como Sistema de Avaliação.....	21
4.1.1	<i>Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica.....</i>	25
4.1.2	<i>Programa de Avaliação da Alfabetização.....</i>	28
4.1.3	<i>Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar.....</i>	31
4.2	Nova Concepção do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública.....	33
5	LEVANTAMENTO DE DADOS.....	36
5.1	Documentos Oficiais.....	36
5.2	Revistas e Boletins do SIMAVE.....	38
5.3	Trabalhos Acadêmicos.....	41
5.3.1	<i>Aprofundando as temáticas.....</i>	48
5.3.1.1	Gestão.....	49
5.3.1.2	Apropriação dos resultados.....	51
5.3.1.3	Qualidade.....	55
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58

REFERÊNCIAS.....	61
------------------	----

1 INTRODUÇÃO

Os anos 90 foram marcados por grandes mudanças em todos os setores políticos e econômicos do Brasil. O país passava pela Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), um processo de reestruturação produtiva e de privatização de setores economicamente importantes, buscando atender o novo ciclo de acumulação do capital, pautado nas ideologias neoliberais. Essas mudanças iniciaram no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e tiveram continuidade com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Na área educacional foram realizadas políticas conforme as diretrizes das agências internacionais, pautadas na participação da sociedade civil, por meio da parceria do poder público com empresas privadas. Nessa lógica, a educação como direito e dever do Estado passa a ser organizada sob a ótica da gerência empresarial e das parcerias público-privado.

Nesta perspectiva a avaliação em larga escala ganha destaque e passa a orientar as políticas educacionais, ela “[...] foi utilizada como meio de racionalização e como instrumento para a diminuição dos compromissos e da responsabilidade do Estado.” (AFONSO, 2005, p. 50). Sendo que:

A modalidade de avaliação que tem servido melhor os objetivos destas políticas pode ser designada por “avaliação criterial com publicitação de resultados”. [...] uma modalidade de avaliação que permite o controle dos objetivos definidos pelo Estado e, simultaneamente, o controle dos respectivos resultados por parte da sociedade geral e de todos daqueles que, mais especificamente, são agora vistos (ou redefinidos) como “consumidores” da educação escolar (sobre tudo os pais). (AFONSO, 2008, p. 72).

As primeiras experiências com a avaliação em larga escala no Brasil iniciaram no ano de 1988, onde segundo Werle (2011) o Ministério da Educação (MEC) realizou uma aplicação piloto do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público (SAEP) de 1º grau, nos estados do Paraná e Rio Grande do Norte; que mais tarde vem a se tornar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Em nível Estadual, Minas Gerais foi um dos pioneiros realizando uma avaliação em larga escala na sua rede em 1992, porém, seu Sistema de Avaliação só foi implementado em 2000.

Assim, o objeto de estudo desse trabalho será o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública, o SIMAVE. Conhecer sua trajetória histórica é muito importante para compreendermos as lógicas inseridas e existentes nele, e concluirmos se realmente é utilizado para nortear políticas educacionais que visam à melhoria da qualidade do ensino da escola pública mineira, ou, apenas como um instrumento de verificação da qualidade desse ensino, pois:

A avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão ante ou com ele. A verificação é uma ação que congela o objeto; a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica de ação. (LUCKESI, 1996, p.93).

Diante disso, esse trabalho tem como objetivo geral analisar o SIMAVE e como objetivos específicos: caracterizar o sistema de avaliação em larga escala na rede estadual de Minas Gerais considerando os seguintes aspectos: ano de início, justificativas para adoção, modelo de avaliação, processos de bonificação, ranqueamento, responsabilização, entre outros. Sendo que, no decorrer de sua trajetória esse sistema de avaliação passou por várias mudanças, chegando a mudar sua concepção de avaliação no ano de 2015.

Para compreender melhor os desdobramentos do SIMAVE iniciamos o trabalho com uma breve caracterização do estado e a apresentação dos seus indicadores educacionais, com a intenção de mostrar uma visão panorâmica do seu sistema educacional e, posteriormente, a caracterização do sistema de avaliação. Também mostramos sua trajetória até chegar aos dias atuais, procuramos entendê-lo através de documentos oficiais, revistas desse sistema e trabalhos acadêmicos (dissertações), e, finalizamos com algumas considerações sobre esse sistema de avaliação.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Buscando compreender o SIMAVE utilizamos da pesquisa de natureza qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 1986), mais especificamente, da pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008).

Assim, para desenvolver esse trabalho inicialmente realizamos um levantamento de dados junto a documentos oficiais produzidos pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG), disponíveis *online* nos sítios do respectivo estado. Desta forma, utilizamos a pesquisa documental, pois “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” (GIL, 2008, p. 51).

Como não havia muitos documentos referentes ao SIMAVE disponíveis, utilizamos também coleções das revistas/boletins do SIMAVE, que possui várias edições iniciadas a partir do ano de 2008, contendo os resultados das avaliações, a trajetória delas, as concepções de avaliação presentes nesse sistema, entre outros assuntos. Elas foram acessadas através do ambiente virtual do SIMAVE, o Portal da Avaliação.

Ainda fizemos um levantamento bibliográfico dos trabalhos acadêmicos sobre assuntos relacionados ao SIMAVE, para isso, utilizamos o Banco de Teses e Dissertações do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Assim, recorreremos à pesquisa bibliográfica que “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]” (GIL, 2008, p. 50).

Dentro do ambiente virtual da CAPES, no espaço destinado à busca colocamos a palavra SIMAVE, foram encontrados 62 trabalhos acadêmicos entre teses e dissertações, no período do ano 2001 a 2016. Como a grande maioria dos trabalhos foram realizadas por instituições de Minas Gerais e o objeto de estudo é o sistema desse estado, decidimos filtrar os trabalhos escolhendo Universidades Federais mineiras, assim optamos pelas seguintes instituições: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Com tudo, fizemos um recorte por analisar o período de 2007 a 2016, pois no ano de 2007 houve a

implementação do Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como política pública nacional, e em sua composição inclui notas de avaliações em larga escala (Prova Brasil e SAEB). Os Estados que já possuíam sistemas de avaliação passaram a investir mais nesta perspectiva e os que não tinham procuraram implementar, buscando ter um panorama da educação do estado e também melhorar o seu rendimento e índice nas avaliações nacionais.

Portanto, por meio desses materiais coletados realizamos uma caracterização desse sistema de avaliação: ano de início, objetivos de implementação, modelo de avaliação, processos de bonificação, divulgação dos resultados e da sua trajetória até chegar aos dias atuais. Com o intuito de compreender as concepções de avaliações presentes na sua criação e as mudanças que foram ocorrendo no decorrer dos anos até chegar aos dias atuais.

3 BREVE APRESENTAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E SEUS INDICADORES EDUCACIONAIS

O Estado de Minas Gerais localizado na região sudeste, é um dos estados mais populosos e economicamente avançado. Sua economia se baseia na mineração, porém a indústria (automobilística e de base) e a agropecuária (carne bovina, milho, soja, cana-de-açúcar, leite e café) também contribuem muito para a economia do estado.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geociências e Estatística (IBGE, 2016) o Estado de Minas Gerais é composto por 853 Municípios, sendo Belo Horizonte sua Capital. De acordo com o censo de 2010, possui uma população de aproximadamente 19.597.330 habitantes e uma estimativa para 2016 de 20.997.560 habitantes. Com 15.597.180 habitantes alfabetizados. E uma área de 586.521,235 km² e uma densidade demográfica de 33,41hab/km².

Em relação à educação, o Estado de Minas Gerais sempre foi um estado avançado. Iniciou sua primeira experiência de Avaliação em larga escala, sendo um dos pioneiros no país, em março do ano de 1992, conforme a Resolução nº 6.908 de janeiro de 1992, no governo de Hélio Garcia e seu Secretário de Estado de Educação Walfredo Silvino Mares Guia. Segundo Soares (2011), participaram crianças de todas as escolas do Estado, 311.451 alunos iniciantes da 3ª série do Ensino Fundamental. Essas avaliações foram planejadas e realizadas em ciclos, a cada dois anos, eram avaliações censitárias. Para essa primeira experiência o governo mineiro contou com a acessória de técnicos da Fundação Carlos Chagas, do Banco Mundial e da Organização Internacional do Trabalho. Apesar de seu Sistema de Avaliação ser consolidado tardiamente, somente no ano de 2000.

Sua Rede Estadual de Ensino oferece com prioridade o ensino fundamental e o ensino médio, como disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Resoluções do Conselho Nacional de Educação nº 4, de 13 de julho de 2010, nº 7, de 14 de dezembro de 2010 e nº 2, de 30 de janeiro de 2012, nos Pareceres do Conselho Estadual de Educação nº 1132, de 12 de dezembro de 1997, e nº 1158, de 11 de dezembro de 1998.

De acordo com o último censo de 2015 no *site* QEdu (2016) o Estado de Minas Gerais possui 16.068 escolas de educação básica, sendo 12.554 escolas da rede pública.

Sobre os índices educacionais, o Estado possui uma educação pública de referência em relação aos anos finais do Ensino Fundamental I (4ª série/5º ano). Sendo que, desde o início das avaliações que integram o IDEB ele conseguiu atingir as metas, a figura abaixo mostra as metas projetadas e as alcançadas.

Figura 1– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Estado de Minas Gerais. Rede de Ensino Pública (Federal, Estadual e Municipal). 4ª série/5º ano.

4ª série / 5º ano		8ª série / 9º ano					3ª série EM							
Estado ↕	Ideb Observado						Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
Minas Gerais	4.6	4.6	5.5	5.8	5.9	6.1	4.6	4.9	5.3	5.6	5.9	6.1	6.4	6.6

Fonte: INEP, 2016.

Nessa etapa do ensino (EFI), Minas Gerais já iniciou em 2005 com o maior IDEB observado, seguido pelo Estado de São Paulo, 4.6 e 4.5, respectivamente. Como o procedimento do cálculo das metas projetadas para os Estados leva em consideração o IDEB inicial observado, fazendo com que cada Estado obtenha uma trajetória diferente para o IDEB ao longo dos anos, assim, para o Estado Mineiro foram projetadas as maiores metas. Nos anos de 2009, 2011 e 2013 Minas Gerais obteve os maiores índices, sendo 5.5, 5.8 e 5.9, porém em 2007 e 2015 São Paulo obteve índices mais elevados, 4.8 e 6.2, respectivamente, nesses anos Minas obteve 4.6 e 6.1. A figura 2 mostra as metas e resultados do IDEB de todos os Estados brasileiros.

Figura 2– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Todos os Estados. Rede de Ensino Pública (Federal, Estadual e Municipal). 4ª série/5º ano.

Estado †	Ideb Observado						Metas Projetadas								
	2005 †	2007 †	2009 †	2011 †	2013 †	2015 †	2007 †	2009 †	2011 †	2013 †	2015 †	2017 †	2019 †	2021 †	
Acre	3.3	3.7	4.2	4.5	5.0	5.3	3.4	3.7	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3	5.6	
Alagoas	2.4	3.1	3.4	3.5	3.7	4.3	2.5	2.8	3.2	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6	
Amapá	3.0	3.3	3.8	4.0	3.9	4.3	3.1	3.4	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3	
Amazonas	2.9	3.4	3.8	4.2	4.5	5.0	3.0	3.3	3.8	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2	
Bahia	2.5	3.2	3.5	3.9	3.9	4.4	2.6	2.9	3.3	3.6	3.8	4.1	4.5	4.8	
Ceará	2.8	3.5	4.1	4.7	5.0	5.7	2.9	3.2	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	
Distrito Federal	4.4	4.8	5.4	5.4	5.6	5.6	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5	
Espírito Santo	3.9	4.3	4.8	5.0	5.2	5.5	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.6	5.9	6.1	
Goiás	3.8	4.1	4.7	5.1	5.5	5.6	3.9	4.2	4.7	4.9	5.2	5.5	5.8	6.0	
Maranhão	2.7	3.5	3.7	3.9	3.8	4.4	2.8	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	
Mato Grosso	3.5	4.3	4.8	4.9	5.2	5.5	3.6	3.9	4.3	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	
Mato Grosso do Sul	3.4	4.1	4.5	5.0	5.0	5.3	3.4	3.8	4.2	4.5	4.8	5.0	5.3	5.6	
Minas Gerais	4.6	4.6	5.5	5.8	5.9	6.1	4.6	4.9	5.3	5.6	5.9	6.1	6.4	6.6	
Pará	2.7	3.0	3.6	4.0	3.8	4.3	2.7	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9	
Paraíba	2.7	3.3	3.6	4.0	4.2	4.5	2.8	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	
Paraná	4.4	4.8	5.3	5.4	5.8	6.1	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5	
Pernambuco	2.8	3.3	3.7	3.9	4.1	4.6	2.9	3.2	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	
Piauí	2.6	3.3	3.8	4.1	4.1	4.6	2.7	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9	
Rio de Janeiro	4.0	4.1	4.4	4.8	4.9	5.2	4.1	4.4	4.8	5.1	5.4	5.6	5.9	6.2	
Rio Grande do Norte	2.5	3.2	3.5	3.8	4.0	4.4	2.5	2.8	3.2	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	
Rio Grande do Sul	4.1	4.5	4.7	5.1	5.4	5.5	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0	6.3	
Rondônia	3.5	3.9	4.3	4.6	5.1	5.3	3.6	3.9	4.3	4.6	4.9	5.2	5.5	5.8	
Roraima	3.6	4.1	4.2	4.5	4.8	5.1	3.7	4.0	4.4	4.7	5.0	5.3	5.6	5.8	
Santa Catarina	4.3	4.7	5.1	5.7	5.9	6.1	4.4	4.7	5.1	5.4	5.6	5.9	6.2	6.4	
São Paulo	4.5	4.8	5.3	5.4	5.8	6.2	4.6	4.9	5.3	5.6	5.8	6.1	6.3	6.6	
Sergipe	2.8	3.2	3.4	3.6	3.8	4.1	2.9	3.2	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	
Tocantins	3.4	4.0	4.4	4.8	5.0	5.0	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7	

Obs:

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: INEP, 2016.

Nas avaliações dos anos finais do Ensino Fundamental II (8ª série/9º ano) o Estado apenas não conseguiu atingir a meta projetada em 2015, porém o IDEB observado inicialmente para essa etapa do ensino foi menor do que o da etapa anterior para todos os Estados, assim, as metas projetadas também não foram tão elevadas, conforme mostra a figura 3.

Figura 3– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Estado de Minas Gerais. Rede de Ensino Pública (Federal, Estadual e Municipal). 8ª série/9º ano.

4ª série / 5º ano		8ª série / 9º ano					3ª série EM							
Estado	Ideb Observado						Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Minas Gerais	3.6	3.8	4.1	4.4	4.6	4.6	3.6	3.7	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.6

Fonte: INEP, 2016.

Apesar de atingir a maioria das metas projetadas, Minas Gerais não conseguiu o mesmo destaque em relação aos resultados alcançados no Ensino Fundamental I (4ª série/5º ano), sendo que, o Estado iniciou em 2005 com o 3º IDEB observado de 3.6 junto com Mato Grosso do Sul, estando atrás de São Paulo com IDEB de 3.8, Santa Catarina com IDEB de 4.1. No decorrer dos anos o Estados consegue atingir a meta, ganhando destaque apenas no IDEB observado de 2013, sendo o mais elevado com 4.6, e no ano posterior 2015, não atinge a meta projetada de 4.8, mantendo o mesmo IDEB de 4.6.

Figura 4– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Todos os Estados. Rede de Ensino Pública (Federal, Estadual e Municipal). 8ª série/9º ano.

Estado	Ideb Observado						Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Acre	3.4	3.7	4.1	4.1	4.3	4.4	3.4	3.6	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	5.4
Alagoas	2.3	2.6	2.7	2.6	2.8	3.2	2.3	2.5	2.7	3.2	3.5	3.8	4.1	4.3
Amapá	3.4	3.4	3.6	3.5	3.4	3.5	3.5	3.6	3.9	4.3	4.7	4.9	5.2	5.5
Amazonas	2.6	3.2	3.4	3.7	3.8	4.2	2.6	2.8	3.0	3.4	3.8	4.1	4.3	4.6
Bahia	2.6	2.8	2.9	3.1	3.2	3.4	2.6	2.8	3.0	3.4	3.8	4.1	4.3	4.6
Ceará	2.8	3.3	3.6	3.9	4.1	4.5	2.8	3.0	3.3	3.6	4.0	4.3	4.6	4.8
Distrito Federal	3.3	3.5	3.9	3.9	3.9	4.0	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.8	5.0	5.3
Espírito Santo	3.5	3.7	3.8	3.9	3.9	4.1	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2	5.5
Goiás	3.3	3.5	3.7	3.9	4.5	4.6	3.3	3.5	3.7	4.1	4.5	4.8	5.0	5.3
Maranhão	2.8	3.2	3.4	3.4	3.4	3.7	2.9	3.0	3.3	3.7	4.1	4.3	4.6	4.9
Mato Grosso	3.0	3.7	4.2	4.3	4.2	4.5	3.0	3.1	3.4	3.8	4.2	4.4	4.7	5.0
Mato Grosso do Sul	3.1	3.7	3.9	3.8	3.9	4.3	3.2	3.3	3.6	4.0	4.4	4.6	4.9	5.2
Minas Gerais	3.6	3.8	4.1	4.4	4.6	4.6	3.6	3.7	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.6
Pará	3.2	3.1	3.4	3.5	3.4	3.6	3.2	3.3	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.2
Paraíba	2.5	2.8	2.9	3.1	3.2	3.5	2.5	2.7	2.9	3.3	3.7	4.0	4.2	4.5
Paraná	3.3	4.0	4.1	4.1	4.1	4.3	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.8	5.1	5.3
Pernambuco	2.4	2.6	3.0	3.2	3.4	3.8	2.4	2.6	2.8	3.2	3.6	3.8	4.1	4.4
Piauí	2.8	3.2	3.5	3.6	3.6	3.9	2.8	2.9	3.2	3.6	4.0	4.2	4.5	4.8
Rio de Janeiro	3.2	3.5	3.4	3.7	3.9	4.0	3.2	3.4	3.7	4.1	4.4	4.7	5.0	5.2
Rio Grande do Norte	2.5	2.8	2.9	3.0	3.2	3.4	2.6	2.7	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3	4.5
Rio Grande do Sul	3.6	3.7	3.9	3.9	4.0	4.2	3.7	3.8	4.1	4.5	4.9	5.1	5.4	5.6
Rondônia	3.1	3.3	3.5	3.6	3.8	4.1	3.2	3.3	3.6	4.0	4.4	4.6	4.9	5.2
Roraima	3.2	3.5	3.7	3.6	3.5	3.7	3.2	3.4	3.7	4.1	4.4	4.7	5.0	5.2
Santa Catarina	4.1	4.1	4.3	4.7	4.3	4.9	4.1	4.3	4.6	5.0	5.3	5.6	5.8	6.0
São Paulo	3.8	4.0	4.3	4.4	4.4	4.7	3.9	4.0	4.3	4.7	5.1	5.3	5.6	5.8
Sergipe	2.7	2.8	2.8	2.9	2.8	3.1	2.8	2.9	3.2	3.6	4.0	4.2	4.5	4.8
Tocantins	3.3	3.6	3.9	4.0	3.8	4.0	3.3	3.5	3.7	4.1	4.5	4.8	5.1	5.3

Obs:
Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: INEP, 2016.

Em relação ao Ensino Médio, ao pesquisar os resultados do IDEB selecionando o Estado de Minas Gerais eles não estão disponíveis, conforme mostra a figura abaixo:

Figura 5– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Estado de Minas Gerais. 3ª série do Ensino Médio.

4ª série / 5º ano	8ª série / 9º ano	3ª série EM
Não existem resultados para a série informada.		

Fonte: INEP, 2016.

Mas ao pesquisar escolhendo a opção de todos os estados, conseguimos visualizar os resultados do estado mineiro nessa etapa do ensino. Assim, como todos os Estados do país essa etapa da educação é a que possui o IDEB mais baixo. O Estado de Minas Gerais apenas conseguiu atingir as metas projetadas para o Ensino Médio nos anos de 2007 e 2009, e nos anos posteriores seus resultados foram diminuindo. Nessa etapa de ensino que é apresentado o desempenho menos desejável, conforme mostra a figura 6.

Figura 6– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Todos os Estados. 3ª Série do Ensino Médio.

Estado	Ideb Observado						Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Acre	3.0	3.3	3.5	3.3	3.3	3.5	3.0	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.6	4.8
Alagoas	2.8	2.6	2.8	2.6	2.6	2.8	2.8	2.9	3.1	3.3	3.7	4.1	4.4	4.6
Amapá	2.7	2.7	2.8	3.0	2.9	3.1	2.7	2.8	3.0	3.2	3.6	4.0	4.3	4.5
Amazonas	2.3	2.8	3.2	3.4	3.0	3.5	2.3	2.4	2.5	2.8	3.1	3.5	3.8	4.0
Bahia	2.7	2.8	3.1	3.0	2.8	2.9	2.7	2.8	3.0	3.3	3.6	4.1	4.3	4.5
Ceará	3.0	3.1	3.4	3.4	3.3	3.4	3.0	3.1	3.2	3.5	3.9	4.3	4.5	4.8
Distrito Federal	3.0	3.2	3.2	3.1	3.3	3.5	3.0	3.1	3.3	3.6	3.9	4.4	4.6	4.8
Espírito Santo	3.1	3.2	3.4	3.3	3.4	3.7	3.1	3.2	3.4	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9
Goiás	2.9	2.8	3.1	3.6	3.8	3.8	2.9	3.0	3.2	3.4	3.8	4.2	4.4	4.7
Maranhão	2.4	2.8	3.0	3.0	2.8	3.1	2.5	2.6	2.7	3.0	3.3	3.7	4.0	4.2
Mato Grosso	2.6	3.0	2.9	3.1	2.7	3.0	2.6	2.7	2.9	3.1	3.5	3.9	4.2	4.4
Mato Grosso do Sul	2.8	3.4	3.5	3.5	3.4	3.5	2.9	3.0	3.2	3.4	3.8	4.2	4.5	4.7
Minas Gerais	3.4	3.5	3.6	3.7	3.6	3.5	3.5	3.6	3.7	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3
Pará	2.6	2.3	3.0	2.8	2.7	3.0	2.7	2.7	2.9	3.2	3.5	4.0	4.2	4.4
Paraíba	2.6	2.9	3.0	2.9	3.0	3.1	2.7	2.7	2.9	3.2	3.5	4.0	4.2	4.4
Paraná	3.3	3.7	3.9	3.7	3.4	3.6	3.3	3.4	3.6	3.9	4.2	4.6	4.9	5.1
Pernambuco	2.7	2.7	3.0	3.1	3.6	3.9	2.7	2.8	3.0	3.2	3.6	4.0	4.3	4.5
Piauí	2.3	2.5	2.7	2.9	3.0	3.2	2.3	2.4	2.6	2.8	3.2	3.6	3.8	4.1
Rio de Janeiro	2.8	2.8	2.8	3.2	3.6	3.6	2.8	2.9	3.1	3.3	3.7	4.1	4.4	4.6
Rio Grande do Norte	2.6	2.6	2.8	2.8	2.7	2.8	2.6	2.7	2.9	3.2	3.5	3.9	4.2	4.4
Rio Grande do Sul	3.4	3.4	3.6	3.4	3.7	3.3	3.5	3.6	3.7	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3
Rondônia	3.0	3.1	3.7	3.3	3.4	3.3	3.0	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.5	4.8
Roraima	3.2	3.1	3.5	3.5	3.2	3.4	3.3	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.8	5.1
Santa Catarina	3.5	3.8	3.7	4.0	3.6	3.4	3.5	3.6	3.8	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3
São Paulo	3.3	3.4	3.6	3.9	3.7	3.9	3.3	3.4	3.6	3.9	4.2	4.6	4.9	5.1
Sergipe	2.8	2.6	2.9	2.9	2.8	2.6	2.9	3.0	3.1	3.4	3.7	4.2	4.4	4.7
Tocantins	2.9	3.1	3.3	3.5	3.2	3.3	2.9	3.0	3.2	3.4	3.8	4.2	4.5	4.7

Obs:
Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: INEP, 2016.

Portanto, podemos concluir que o Estado de Minas Gerais além de ser muito avançado economicamente também tem se destacado na área educacional. Assim, a partir das análises das figuras com os resultados do IDEB, percebemos que a etapa educacional em que esse Estado tem se destacado nas avaliações do IDEB é o ensino fundamental I (4ª série/ 5º ano), com os maiores índices educacionais do país. Já os resultados das avaliações destinadas ao ensino fundamental II (8ª série/ 9ºano), mostram que esta etapa também está conseguindo alcançar as metas projetadas, porém não conseguiu se destacar em relação aos resultados dos outros estados. Mas, os resultados que realmente estão preocupando são os das avaliações do ensino médio (3º ano), pois assim como em todo o país, o Estado não está conseguindo atingir as metas projetadas.

4 DESVELANDO O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

Essa seção traz a trajetória do SIMAVE, desde 1992, já um primeiro esboço (desenho) do que se tornaria esse Sistema de Avaliação do Estado de Minas Gerais, passando por diversas mudanças até os dias atuais. Acrescenta-se ainda, os Programas que constituem o SIMAVE, enfatizando suas peculiaridades e objetivos.

4.1 Breve trajetória da Avaliação em larga escala no Sistema Educacional de Minas Gerais até sua consolidação como Sistema de Avaliação

O Estado de Minas Gerais foi um dos pioneiros a realizar experiências com a avaliação em larga escala em seu sistema de ensino. Esse processo iniciou no governo de Hélio Garcia (1991-1995), que junto com seu Secretário de Estado da Educação Walfrido Silvino Mares Guia, orientados pela lógica do neoliberalismo intencionaram melhorar a qualidade da educação, para isso, contaram com financiamentos do Banco Mundial.

Na década de 1990, a intervenção do Banco Mundial na política educacional brasileira teve um total de financiamento combinado de cerca de US\$ 1 bilhão, com a aprovação de 6 projetos que contemplaram 13 estados brasileiros. Dos 6 projetos, 2 continuaram para a Região Nordeste, com abrangência para todos os estados: “Educação Básica no Nordeste II” (Maranhão, Ceará, Pernambuco e Sergipe) e “Educação Básica no Nordeste III” (Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Bahia). Os demais projetos foram para os estados de Minas Gerais – “Projeto de Melhoria da Qualidade da Educação Básica em Minas Gerais”; São Paulo – “Projeto Inovações na Educação Básica em São Paulo” (INOVAÇÕES); Espírito Santo – “*State of Espírito Santo Basic Education Project*”; e Paraná – “Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná” (PQE). (FIGUEIREDO, 2009, p. 1126).

Como as propostas do Banco Mundial legitimavam a importância da avaliação para a melhoria da qualidade da educação, logo o governo mineiro elegeu a avaliação como um dos pilares das suas políticas educacionais.

Os projetos financiados para o ensino fundamental brasileiro contribuíram para a implementação da política de avaliação, bem como incentivaram a concorrência entre os estados, as instituições escolares e os integrantes nelas envolvidos. Nesse processo, a avaliação é considerada um mecanismo capaz de promover a qualidade, uma vez que possibilitaria o controle público dos resultados. As ações em direção à qualidade e à produtividade

orientaram o processo de avaliação e o incentivo à concorrência, por exemplo, nos estados do Nordeste, de Minas Gerais, Paraná e São Paulo. (FIGUEIREDO, 2009, p. 1129).

Assim, em 1992, o Estado mineiro foi o primeiro a realizar uma experiência de avaliação em larga escala no seu sistema educacional, baseado no Saeb e contando com a assessoria de técnicos da Fundação Carlos Chagas, do Banco Mundial e da Organização Internacional do Trabalho. Essa experiência foi realizada em março de 1992, conforme a Resolução nº 6.908 de janeiro de 1992. Nesse primeiro momento, segundo Soares (2011), foram avaliadas crianças de todas as escolas do Estado, 311.451 alunos iniciantes da 3ª série do Ensino Fundamental. Essas avaliações foram planejadas e realizadas em ciclos, a cada dois anos, e eram avaliações censitárias.

O próximo governo foi o de Eduardo Azeredo (1995-1998), que segundo Soares (2011) deu continuidade às políticas educacionais no Estado, permeada pela ideologia neoliberal. Mas foi no governo de Itamar Franco (1999-2002) que a avaliação tornou a se destacar no âmbito educacional mineiro, “[...] tinha na política educacional o slogan: “Escola Sagarana Educação Para a Vida com Dignidade e Esperança”. Política esta bem afinada com as diretrizes da UNESCO [...]”. (SOARES, 2011, p.59).

É nesse momento, com Murilo Avelar Hingel como Secretário de Estado da Educação que se consolida o sistema de avaliação, com o nome de Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), por meio da Resolução nº 14 de 03 de fevereiro de 2000. Com o objetivo declarado nessa resolução, de promover a avaliação sistemática da educação básica da rede pública, criar instrumentos de participação da sociedade e dos profissionais da educação na gestão da escola pública, democratizar o acesso à informação sobre a educação pública, desenvolver procedimentos de gestão de avaliação das políticas públicas educacionais com base em critérios de equidade e o fortalecer a escola como instituição fundamental de promoção da igualdade de oportunidades para todos. Com os princípios gerais dispostos no Art. 1º da sua resolução:

Art.1º - O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE promoverá, de modo continuado, a avaliação da avaliação da rede pública de educação básica do Estado de Minas Gerais, fundamentando-se a sua ação nos seguintes princípios gerais:

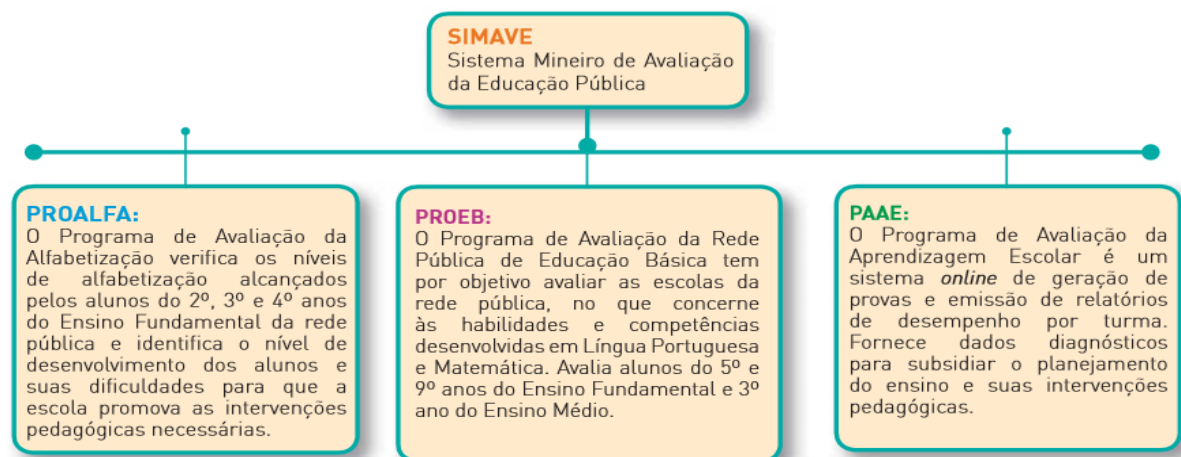
- I. **Descentralização:** a implementação dos programas de avaliação se fará de modo descentralizado, associado, em escala regional, as

Escolas Públicas de Educação Básica, as instituições locais de formação de professores, as Secretarias Municipais de Educação e Superintendências Regionais de Ensino.

- II. **Participação:** os programas favorecerão a participação dos profissionais da educação básica na sua implementação, estimulando o associativismo docente e a democratização da gestão da educação pública.
- III. **Centralidade da Escola:** a avaliação terá por foco a escola, suas realizações e dificuldades, valorizando a percepção as educação básica como um processo de trabalho coletivo e institucionalizado.
- IV. **Gestão Consorciada:** o sistema associará, para a implementação d seus programas, instituições de ensino federais, estaduais e municipais, projetando um padrão consorciado de gestão da educação pública. (MINAS GERAIS, 2000).

Nessa mesma resolução que institui o SIMAVE é criado o Programa de Avaliação da Rede Pública Básica (PROEB), e posteriormente, no ano de 2005 foram criados o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e o Programa de Avaliação da Aprendizagem (PAAE). Esses programas integram o SIMAVE, cada um com seus objetivos e peculiaridades, a figura abaixo detalha um pouco mais esses programas:

Figura 7- Esquema com os programas que integram o SIMAVE.



Fonte: Revista da Escola, 2010.

De modo geral, as avaliações desses programas são censitárias, de acordo com o ano/série avaliados, ocorrem anualmente, sendo elaboradas com base nas habilidades presentes nas Matrizes de Referência do Saeb e nos Conteúdos Básicos

Comuns (CBC). Os testes realizados pelos alunos trazem uma medida de seu desempenho nas habilidades avaliadas que é denominada proficiência e organizada em uma escala para fins de análise. Os padrões apresentam uma caracterização das competências e habilidades cognitivas desenvolvidas pelos alunos em importantes pontos da escala de proficiência (baixo, intermediário e recomendado).

No decorrer dos anos a avaliação em larga escala foi se tornando cada vez mais importante, seus indicadores passaram a nortear as políticas educacionais e também a fazer parte dos índices de desenvolvimento do estado e do país. Assim, buscando atingir as metas e ser referência na educação ofertada, os Estados passaram a incorporar alguns mecanismos, como a bonificação por resultados.

Nesse contexto, os indicadores educacionais fornecidos pelo SIMAVE se tornaram tão importantes para o Estado, que passou a constituir um dos pilares do Projeto Estruturador do Governo do Estado de Minas Gerais. Esse projeto objetivou a reorganização e modernização do aparato institucional do Estado, buscando novos modelos de gestão e desenvolvimento de políticas públicas. Nele há definição clara dos resultados que deverão ser alcançados e a responsabilização dos dirigentes e servidores públicos em relação aos resultados propostos. Em contrapartida, oferecem para os servidores incentivos baseados, principalmente, em prêmio por produtividade.

Segundo Barbosa (2013), o Projeto Estruturador foi introduzido a partir do programa Choque de Gestão: pessoas, qualidade e inovação da administração pública, proposto na gestão do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), no mandato do governo de Aécio Neves (2003 a 2010), sendo que, o SIMAVE se fez mais presente na sua segunda geração:

[..] O SIMAVE encontrou maior respaldo nesse governo, integrando os projetos estruturadores, que compõem o Choque de Gestão de Segunda Geração, tendo sido gerenciado e acompanhado em comitês em que participam a alta administração do governo, como estratégia mensurável para aferição da qualidade do serviço público educacional.

O SIMAVE situa-se dentro da área de resultados intitulada Educação de Qualidade. As áreas de resultados constituem o Estado para Resultados, e, por sua vez, são constituídas por ações que podem ser medidas a fim de serem acompanhadas a partir da estipulação de metas a serem atingidas, com base nos cenários I (Conquista do Melhor Futuro) e III (Superação das Adversidades). (BARBOSA, 2013, p.75).

A partir do ano de 2008, a bonificação por resultados também passou a fazer parte desse sistema de avaliação, onde de acordo com a Lei nº 17.600, de 01 de julho

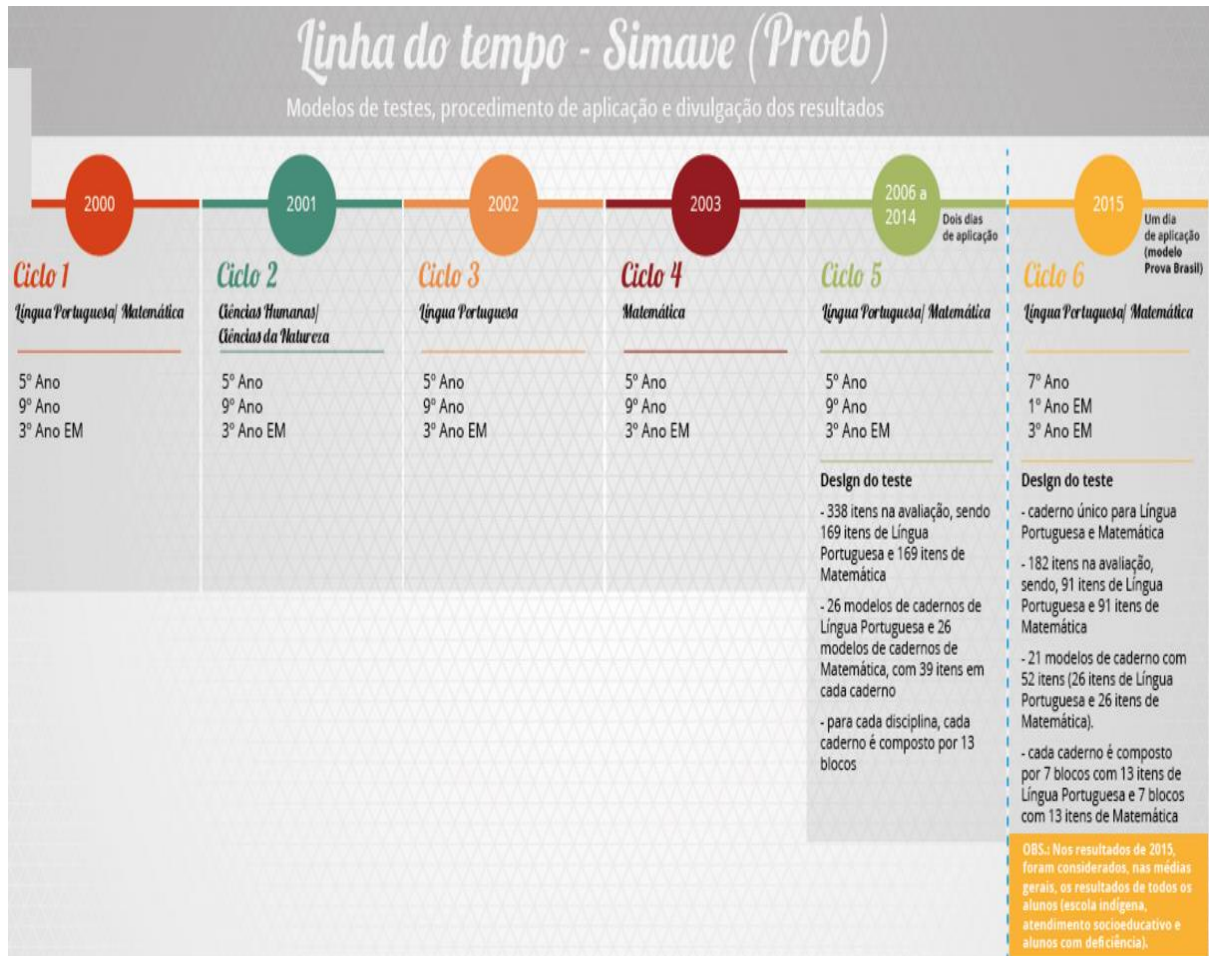
de 2008 do Acordo de Resultados e Prêmio por Produtividade, os professores e escolas que conseguissem atingir as metas ganhavam uma bonificação, regulamentada pelo Decreto Nº 44.873, de 14 de agosto de 2008.

A divulgação dos resultados das avaliações é realizada através de revistas para os gestores e professores, boletins informativos e cartazes personalizados com os dados de cada unidade escolar. Há também a divulgação dos resultados disponível no ambiente virtual do SIMAVE, o Portal da Avaliação, que foi desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Ele pode ser acessado pela comunidade escolar e por qualquer pessoa, para isso é necessário entrar no site e preencher alguns dados, como a rede escolar (Estadual ou Municipal), a região, o município, a escola, a etapa e o ano. Também é possível verificar o resultado por aluno, porém é disponível apenas para a comunidade escolar, sendo necessário fazer o *login*.

4.1.1 Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica

O PROEB foi criado na resolução que instituiu do SIMAVE, Resolução nº 14 de 03 de fevereiro de 2000, com o objetivo declarado de diagnosticar a educação básica pública do Estado de Minas Gerais e fornecer subsídios ao governo estadual e municípios para tomada de decisão em relação às políticas públicas educacionais. É censitário e ocorre anualmente, sendo promovido pela SEE/MG e realizado pelo CAEd/UFJF. A figura 4 abaixo mostra sua trajetória em relação aos conteúdos abordados desde seu início até o ano de 2014:

Figura 8- Trajetória do PROEB em todos os seus ciclos de avaliação.



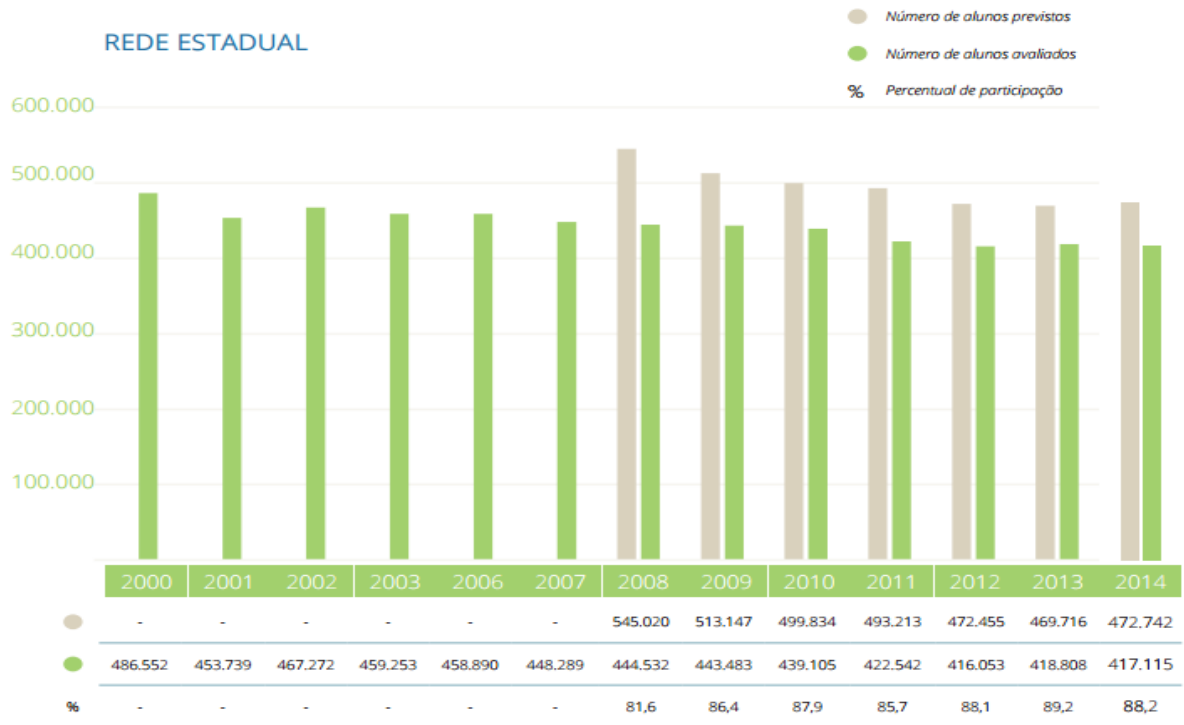
Fonte: Revista da Avaliação, 2015.

Como mostra a figura acima, o PROEB passou por vários ciclos, inicialmente foi criado para ser aplicado aos alunos dos anos finais de cada etapa do ensino: 5º ano (Ensino Fundamental I), 9º ano (Ensino Fundamental II) e 3º ano do Ensino Médio. Ele contemplava todos os conhecimentos da Educação Básica, realizando um ciclo completo a cada dois anos, sendo que, no primeiro ano eram avaliadas as competências de Língua Portuguesa e Matemática, e no segundo ano, em Ciências Humanas e Natureza. Essa foi a proposta descrita na resolução da sua criação, mas logo foi deixada de lado, focando apenas nos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, assim como as avaliações em larga escala em nível nacional, SAEB e Prova Brasil.

Dessa avaliação participam obrigatoriamente escolas da Rede Estadual e também da Rede Municipal de ensino. Segue as figuras 9 e 10 que mostram a

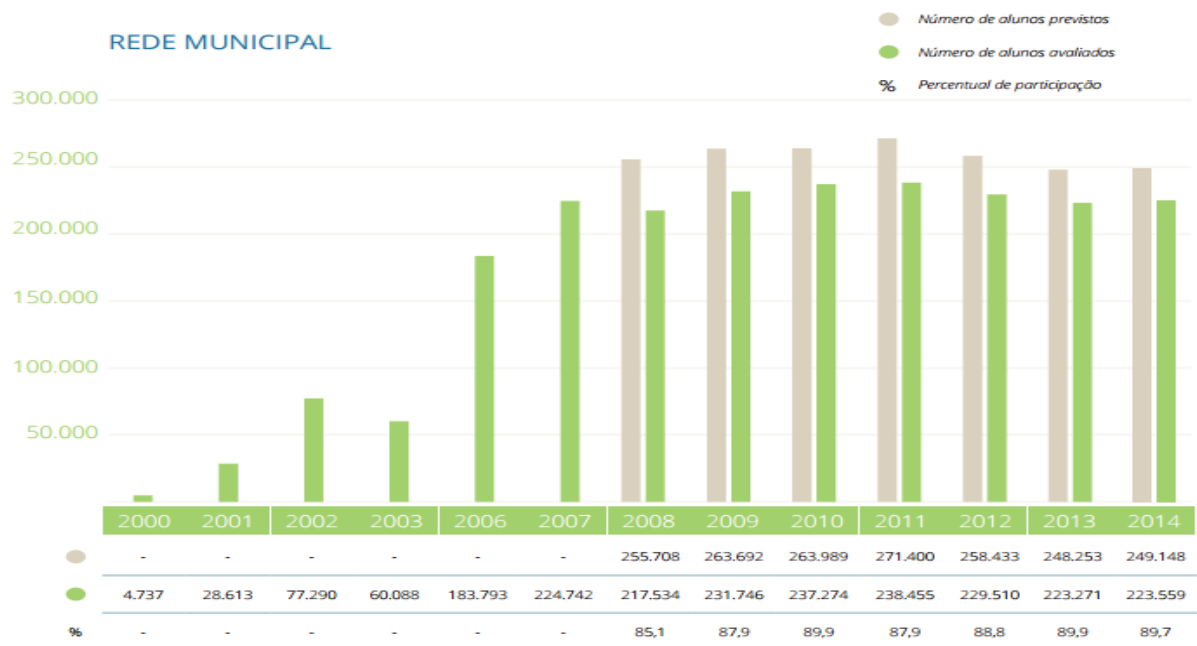
quantidade de alunos que participaram dessa avaliação desde o seu início até o ano de 2014.

Figura 9- Avaliação da Rede Estadual.



Fonte: Revista da Gestão Escolar SIMAVE, 2014.

Figura 10- Avaliação da Rede Municipal.



Fonte: Revista da Gestão Escolar SIMAVE, 2014.

As figuras acima (9 e10) referentes a participação dos alunos da rede pública (Estadual e Municipal) nessa avaliação, mostram que aproximadamente 90% dos alunos estão realizando essas avaliações, e, esse número foi mantendo uma certa estabilidade, com tímidos aumentos e retrocessos a cada ano.

4.1.2 Programa de Avaliação da Alfabetização

O PROALFA foi criado com o objetivo de identificar os níveis de aprendizagem dos alunos em relação à leitura e a escrita, portanto preocupando-se com os níveis de alfabetização. Os testes são realizados anualmente por alunos das redes estadual e municipais de ensino, a avaliação é censitária para alunos do 3º ano (8 anos de idade) e amostral para alunos do 2º e 4º anos. Essa avaliação também é promovida pela SEE/MG e realizada pelo CAEd/UFJF em parceria com o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE). A figura a seguir mostra sua trajetória:

Figura 11- Trajetória do PROALFA.

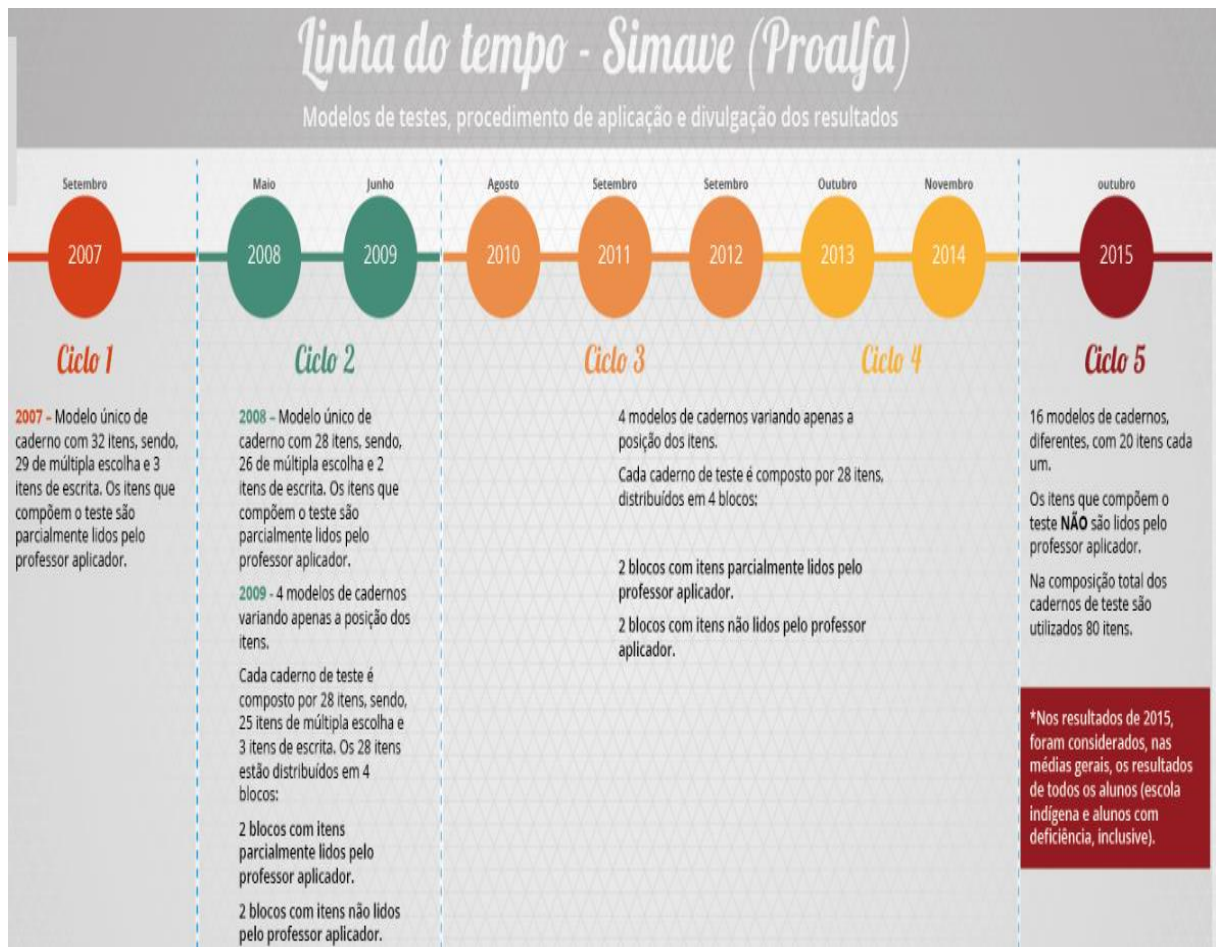
2005
• Avaliação amostral - 2º ano (apenas Rede Estadual)
2006
• Avaliação amostral - 2º ano
• Avaliação censitária - 3º ano
2007 - 2014
• Avaliação amostral - 2º ano
• Avaliação censitária - 3º ano
• Avaliação amostral - 4º ano
• Avaliação censitária baixo desempenho*

* A avaliação do baixo desempenho (BD) é aquela aplicada aos alunos que, na avaliação censitária (3º ano) da edição anterior, obtiveram baixo desempenho, ou seja, não consolidaram as habilidades previstas para o período de escolaridade. Desta forma, o monitoramento da evolução da aprendizagem destes alunos é fundamental para o processo de intervenção pedagógica que visa integrá-los ao Padrão recomendado de leitura e escrita.

Fonte: Revista da Gestão Escolar SIMAVE, 2014.

A figura 12 abaixo mostra os ciclos pelo qual o PROALFA passou, desde 2007 a 2015. Focando as mudanças que ocorreram na aplicação dessa avaliação, como a quantidade de questões, a quantidade dos modelos de cadernos de avaliação e a forma como os testes são aplicados.

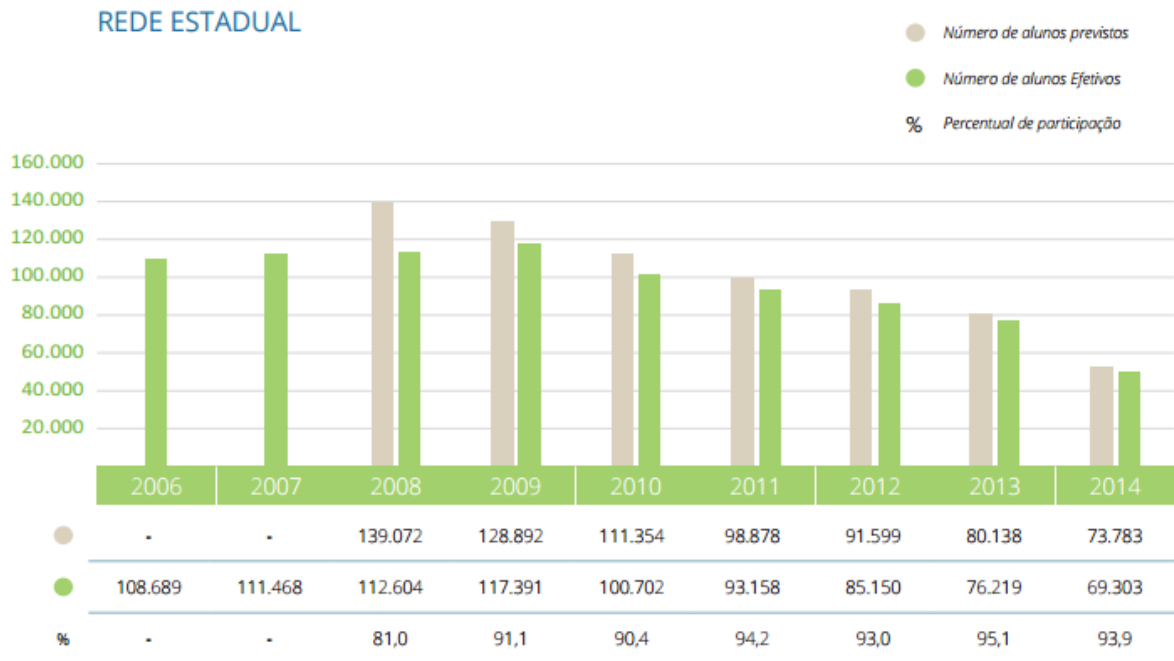
Figura 12 - Ciclos do PROALFA.



Fonte: Revista da Avaliação, 2015.

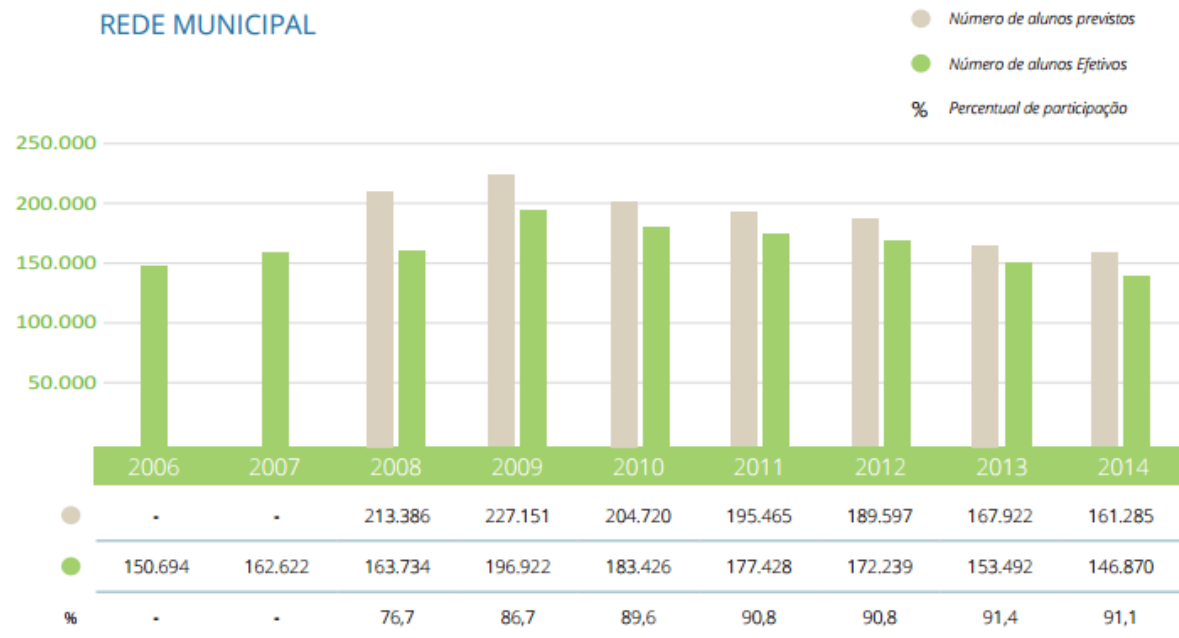
Seguem as figuras 13 e 14 que apresentam a quantidade de alunos que participaram dessa avaliação, tanto na rede estadual quanto na municipal de ensino, desde sua criação até o ano de 2014.

Figura 13- Avaliação da Rede Estadual.



Fonte: Revista da Gestão Escolar SIMAVE, 2014.

Figura 14- Avaliação da Rede Municipal.



Fonte: Revista da Gestão Escolar SIMAVE, 2014.

As figuras acima (13 e 14) sobre a participação dos alunos da rede pública (Estadual e Municipal) nessa avaliação, mostram que no decorrer dos anos houve um

aumento dessa participação, ultrapassando 90% da quantidade de alunos previstos, evidenciando uma expansão dos números a cada ano.

4.1.3 Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar

O PAAE é um sistema informatizado que foi criado pela SEE/MG em parceria com o Instituto Avaliar. Ele é constituído por um Banco de Itens que possui aproximadamente 103.000 questões de múltipla escolha, sendo de todas as disciplinas de ensino médio e fundamental, e também por itens de produção de texto. O Instituto Avaliar¹ é responsável pelo desenvolvimento dos itens que compõem esse banco, pela criação e manutenção do sistema de entrega online dos instrumentos de avaliação, e também pela análise dos resultados das avaliações e a produção de relatórios.

Esse programa foi desenvolvido voltado para as escolas da rede estadual de Minas Gerais, onde disponibiliza aos professores, também, avaliações contínuas no decorrer do ano letivo, a serem geradas opcionalmente e segundo critérios e necessidades do trabalho docente. Com o intuito de possibilitar uma avaliação da aprendizagem dos alunos ao longo do ano letivo e identificar, a partir dos resultados de desempenho, as necessidades imediatas de intervenção pedagógica.

O PAAE abrange duas avaliações obrigatórias, a primeira é uma avaliação diagnóstica, ela é aplicada no início do ano letivo com o objetivo de verificar o conhecimento prévio dos alunos e possibilitar ao professor e equipe pedagógica um embasamento para a elaboração do plano de ensino; a segunda é uma avaliação da aprendizagem anual, aplicada no final do ano letivo com o objetivo de verificar o que foi agregado a aprendizagem dos alunos a partir do trabalho escolar no decorrer do ano letivo.

A figura a seguir apresenta a trajetória do PAAE no Sistema de Avaliação Mineiro:

¹ Instituto Avaliar: O Instituto Avaliar foi fundado em 2006 na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, por uma equipe especializada em avaliação e medidas educacionais, com ampla experiência no planejamento e execução de projetos de avaliação e processos seletivos, na prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica para organizações educacionais da área pública e privada. (INSTITUTO AVALIAR, 2017).

Figura 15 - Trajetória do PAAE.

EDIÇÕES	DISCIPLINAS AVALIADAS	ETAPA DE ESCOLARIDADE AVALIADA	ABRANGÊNCIA: REDE ESTADUAL	Nº ALUNOS AVALIADOS
2005	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	1º ano EM	*72 escolas Aplicação impressa	
2006	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	1º ano EM	*1ª Prova: 203 escolas	56.581
			*2ª Prova: 203 escolas Aplicação impressa	67.239
2007	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	1º ano EM	*1ª Prova: 212 escolas	63.484
			2ª Prova: 212 escolas Aplicação impressa	51.404
2008	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	1º ano EM	1ª Prova: 1797 escolas	214.206
			2ª Prova: 1853 escolas Aplicação impressa	181.625
2009	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	1º ano EM	1ª Prova: 2165 escolas	226.790
			2ª Prova: 2172 escolas Aplicação impressa	167.498
2010	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	1º ano EM	1ª Prova: 2179 escolas	232.908
			2ª Prova: 2171 escolas Aplicação impressa	201.393
2011	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	1º ano EM	2ª Prova: 17 escolas Aplicação online	852
			Língua Portuguesa e Matemática	1º ano EM
2012	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	1º ano EM	1ª Prova: 2150 escolas	252.087
			2ª Prova: 2153 escolas Aplicação impressa	180.193
2013	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	1º ano EM	2ª Prova: 81 escolas Aplicação online	2.617
			Língua Portuguesa e Matemática	1º ano EM
2014	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	6º ao 9º ano EF	2ª Prova: 2817 escolas Aplicação impressa	804.916
			Língua Portuguesa e Matemática	1º ano EM
2015	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	1º ano EM	2ª Prova: 288 escolas Aplicação online	25.299
			Língua Portuguesa e Matemática	6º ao 9º ano EF
2016	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	1º ano EM	1ª Prova: 2.769 escolas	803.759
			2ª Prova: 2771 escolas Aplicação impressa	776.890
2017	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	1º ano EM	1ª Prova: 1867 escolas	228.342
			2ª Prova: 1.682 escolas Aplicação impressa	178.383
2018	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	1º ano EM	1ª Prova: 280 escolas	28.407
			2ª Prova: 456 escolas Aplicação online	47.514
2019	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	1º ano EM	1ª Prova: 2521 escolas Aplicação impressa	695.528
			2ª Prova: 2586 escolas Aplicação impressa	696.309
2020	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	1º ano EM	1ª Prova: 1.658 escolas Aplicação impressa	191.763
			2ª Prova: 440 escolas Aplicação online	43.868
2021	Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas	1º ano EM	2ª Prova: 1.311 escolas Aplicação impressa	135.764
			2ª Prova: 630 escolas Aplicação online	58.755

Fonte: Revista da Gestão Escolar SIMAVE, 2014.

4.2 Nova Concepção do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública

O ano de 2015 foi marcado por muitas mudanças nas estruturas e concepções do SIMAVE, como divulgado no *site* da SEE/MG (MINAS GERAIS, 2016), foi inaugurado uma nova concepção de avaliação dos estudantes e da escola, pautada no compromisso com a promoção da equidade com a redução das desigualdades sociais, passando a se chamar Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública. Com isso houve várias modificações no SIMAVE, em relação aos objetivos dessa avaliação, foi descartado o bônus por resultado, entre outros. As figuras a seguir mostram outras mudanças que ocorreram no modelo e aplicação dessa avaliação:

Figura 16- Novidades do SIMAVE.

AS NOVIDADES DO SIMAVE	
Novos anos avaliados no PROEB	7º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio
Enfoque na equidade	Novos indicadores de equidade são publicados
Ênfase pedagógica	Aproximação entre as avaliações externas e internas

Fonte: Fonte: Revista da Avaliação, 2015.

Figura 17- Mudanças do PROALFA.

AS MUDANÇAS DO PROALFA	
Até 2014	A partir de 2015
DESENHO DO TESTE	
Modelo único de caderno ou modelos com variação na posição dos itens	16 modelos de cadernos diferentes, com 20 itens cada 80 itens na composição total dos cadernos
PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO	
Itens parcialmente lidos pelo(a) professor(a) aplicador(a)	Autonomia do respondente, ou seja, itens não lidos pelo(a) professor(a) aplicador(a)
DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS	
Resultados de estudantes com deficiência e de escolas indígenas divulgados separadamente	Resultados de estudantes com deficiência e de escolas indígenas incorporados às médias gerais

Fonte: Fonte: Revista da Avaliação, 2015.

A implementação da avaliação do PROEB para alunos do 7º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio, de acordo com o *site* da SEE/MG (MINAS GERAIS, 2016), foi uma medida com o objetivo de possibilitar intervenções pedagógicas antes que o aluno conclua a etapa em curso. Com essa mudança, a partir do ano de 2016 os estudantes do 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio serão avaliados somente nos anos pares, enquanto os do 7º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio serão avaliados nos anos ímpares e os do 3º ano do ensino médio também, portanto esse último continua sendo avaliado anualmente.

A figura abaixo vai mostrar outras mudanças, como as etapas e periodicidade, desenho do teste, procedimento de aplicação e divulgação dos resultados.

Figura 18- Mudanças do PROEB.

AS MUDANÇAS DO PROEB	
Até 2014	A partir de 2015
ETAPAS E PERIODICIDADE	
5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio avaliados anualmente	5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e 1º e 3º anos do Ensino Médio, sendo que em anos de aplicação da Prova Brasil, o 5º e 9º anos não são avaliados pelo Simave
DESENHO DO TESTE	
26 modelos de cadernos com 39 itens para cada disciplina avaliada (Língua Portuguesa e Matemática)	21 modelos de cadernos com 26 itens para cada disciplina avaliada (Língua Portuguesa e Matemática)
PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO	
Aplicação em dias diferentes, para cada disciplina avaliada (Língua Portuguesa e Matemática)	Aplicação em único dia, das disciplinas avaliadas (Língua Portuguesa e Matemática), seguindo a aplicação da Prova Brasil
DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS	
Resultados de estudantes com deficiência, de escolas indígenas e atendimento socioeducativo divulgados separadamente	Resultados de estudantes com deficiência, de escolas indígenas e atendimento socioeducativo incorporados às médias gerais

Fonte: Fonte: Revista da Avaliação, 2015.

Como mostra a figura abaixo, houve a inclusão de mais um padrão de desempenho na escala de proficiência, anteriormente eram apenas três: baixo, intermediário e avançado, agora passou a ser quatro: baixo, intermediário, recomendável e avançado. Segundo a SEE/MG (MINAS GERAIS, 2016) essa

inclusão tem como objetivo permitir uma análise mais aprofundada dos resultados e uma melhor distribuição dos alunos por grupos de desempenho.

Figura 19- Mudanças dos Padrões de Desempenho do PROALFA e do PROEB.

Padrões de Desempenho do PROALFA em Língua Portuguesa				
Etapa de Escolaridade	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
3º ano EF	Até 450	450 a 500	500 a 650	Acima de 650

Padrões de Desempenho do PROEB em Língua Portuguesa				
Etapa de Escolaridade	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
5º Ano EF	Até 150	150 a 200	200 a 250	Acima de 250
7º Ano EF	Até 175	175 a 225	225 a 275	Acima de 275
9º Ano EF	Até 200	200 a 275	275 a 325	Acima de 325
1º Ano EM	Até 250	250 a 300	300 a 350	Acima de 350
3º Ano EM	Até 250	250 a 300	300 a 350	Acima de 350

Padrões de Desempenho do PROEB em Matemática				
Etapa de Escolaridade	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
5º Ano EF	Até 175	175 a 225	225 a 275	Acima de 275
7º Ano EF	Até 200	200 a 250	250 a 325	Acima de 325
9º Ano EF	Até 225	225 a 300	300 a 350	Acima de 350
1º Ano EM	Até 275	275 a 350	350 a 375	Acima de 375
3º Ano EM	Até 275	275 a 350	350 a 375	Acima de 375

Fonte: Fonte: Revista da Avaliação, 2015.

Também de acordo com o *site* da SEE/MG (MINAS GERAIS, 2016), no dia 18 de outubro de 2016 foi lançada outra ferramenta que busca auxiliar o SIMAVE, o Sistema de Monitoramento da Aprendizagem, uma ferramenta *online* que reúne informações e indicadores educacionais de toda a rede estadual de ensino para uso de diferentes públicos, como gestores, técnicos da secretaria, diretores escolares, especialistas e professores, além do público em geral; apresentando de forma consolidada os dados provenientes desse sistema de avaliação. A escola deverá através do estudo e apropriação destes dados, desenvolver um Plano de Ação para corrigir e aprimorar o processo de aprendizagem dos estudantes, que será incorporado ao Sistema, permitindo o acompanhamento da escola e dos gestores sobre a sua implantação.

Portanto, segundo as informações divulgadas no *site* da SEE/MG (MINAS GERAIS, 2016) essas modificações tem o objetivo de melhorar a educação do Sistema Educacional Mineiro, e também aumentar seus índices educacionais em todos os níveis de avaliação externa larga escala.

5 LEVANTAMENTO DE DADOS

Nessa seção se encontra o levantamento de dados que realizamos para analisar e compreender o SIMAVE, como os documentos oficiais, revistas e trabalhos acadêmicos (dissertações). Buscamos analisar os dados para tentar compreender a concepção de avaliação presente nessa política e como a escola tem aderido a ela.

5.1 Documentos Oficiais

O levantamento de documento oficiais relacionados ao SIMAVE foi realizado no sítio da SEE/MG disponíveis *online*. Assim, segue o quadro com os documentos encontrados:

Quadro 1: Documentos referentes ao SIMAVE.

	Tema	Documento	Ano
1	Instituição do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) e criação do Programa de Avaliação da Rede Pública de educação Básica (PROEB).	Resolução Nº 14 de 03 de fevereiro de 2000.	2000
2	Reedição da Resolução Nº 14 de 03 de fevereiro de 2000, que institui o SIMAVE e cria o PROEB.	Resolução Nº 104 de 14 de julho de 2000.	2000
3	Estabelecimento de Conteúdos Básicos Comuns (CBC).	Resolução SEE Nº 666 de abril de 2005.	2005
4	Dispõe sobre a organização de estratégias de atendimento pedagógico diferenciado para os alunos do 3º ano do Ciclo Inicial de Alfabetização - Fase 11.	Resolução SEE Nº 820, de 24 de outubro de 2006.	2006
5	Instituição do dia "TODA ESCOLA PODE FAZER DIFERENÇA" e o dia "TODOS DEVEM PARTICIPAR" na Programação Foco nos Resultados dos Alunos das escolas da rede estadual de ensino.	Resolução SEE Nº 916, de 02 julho de 2007.	2007
6	Acordo de Resultados e Prêmio por Produtividade.	Lei Nº 17.600, de 1 de julho de 2008.	2008
7	Regulamentação da Lei: Acordo de Resultados e Prêmio por Produtividade.	Decreto Nº 44.873, de 14 de agosto de 2008.	2008

Fonte: Criado pelo autor, 2017.

Todos os documentos apresentados no quadro acima estão relacionados diretamente ou indiretamente ao SIMAVE. Os dois primeiros, a Resolução Nº 14 de

03 de fevereiro de 2000 e a Resolução Nº 104 de 14 de julho de 2000, são referentes a instituição desse Sistema de Avaliação e a criação do seu primeiro programa, o PROEB; dispendo sobre os objetivos, a estrutura e forma de implementação, tanto do Sistema quanto do seu programa.

O terceiro documento, a Resolução SEE Nº 666 de abril de 2005, estabelece a obrigatoriedade do ensino dos Conteúdos Básicos Comuns (conteúdos para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática), para as unidades de ensino estaduais mineiras que oferecem as séries finais do ensino fundamental e o ensino médio. A partir de então, as avaliações dos programas do SIMAVE foram elaboradas tendo por base as habilidades presentes nas Matrizes de Referência (composta por um conjunto de descritores que explicitam dois pontos básicos do que se pretende avaliar: o conteúdo programático a ser avaliado em cada período de escolarização e o nível de operação mental necessário para a realização de determinadas tarefas) do SAEB e nos CBCs, se assemelhando cada vez mais as avaliações externas de nível nacional e assim, possibilitando comparações e relações entre ambos os resultados.

Já o quarto documento, dispõe sobre a organização de estratégias de atendimento pedagógico diferenciado para os alunos do 3º ano do Ciclo Inicial de Alfabetização, sendo a Resolução SEE Nº 820, de 24 de outubro de 2006. É importante ressaltar que a avaliação do PROALFA avalia prioritariamente esse ano do ensino, assim esta resolução acaba priorizando esse ano e colaborando para que seja desenvolvido atividades que auxiliem o aluno a desenvolver as habilidades que serão necessárias para responder as questões, e conseqüentemente buscando um melhor desempenho nessas avaliações.

Enquanto o quinto documento institui o dia “TODA ESCOLA PODE FAZER DIFERENÇA” e o dia “TODOS DEVEM PARTICIPAR” na Programação Foco nos Resultados dos Alunos das escolas da rede estadual de ensino, a partir da Resolução SEE Nº 916, de 02 julho de 2007. A instituição de um dia voltado para discussões, apropriação dos resultados e compreensão do SIMAVE, mostra o quanto o resultado dessas avaliações é importante para o Estado. Também deixa claro que o objetivo maior desse sistema de avaliação é alcançar as metas e atingir os índices desejados, para assim, mostrar uma educação de qualidade.

O sexto e sétimo documento são referentes ao Acordo de Resultados e Prêmio por Produtividade, regido pela Lei Nº 17.600, de 1 de julho de 2008 e há regulamentação dessa lei, através do Decreto Nº 44.873, de 14 de agosto de 2008. Ambos evidenciam a importância dos resultados dessas avaliações, pois são referentes a bonificação por resultado, assim as escolas que atingem suas metas recebem essa gratificação. Essa lógica de bonificação por resultado é muito contraditória na área educacional e gera muitas discussões, pois bonifica quem consegue um bom desempenho e conseqüentemente exclui os que não conseguem, gerando uma responsabilização sobre os resultados atingidos. Esse mecanismo também acaba causando competições entre as escolas, os professores e ranqueamento.

Assim, todos esses documentos mostram o quanto o SIMAVE é importante para as políticas públicas do Estado de Minas Gerais e buscam impor uma apropriação por parte de todos os envolvidos, sempre com o intuito de obter os melhores índices educacionais, seja se baseando nas avaliações de nível nacional, para assim se destacar também nelas, ou através da bonificação, responsabilizando os envolvidos pelos resultados obtidos, com o objetivo de conseguir os melhores resultados sempre.

5.2 Revistas e Boletins do SIMAVE

O SIMAVE possui um Portal da Avaliação, criado pela Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde é disponibilizado coleções de revistas/boletins com os resultados das avaliações dos seus dois principais programas: PROEB e PROALFA, a partir da edição de 2008. Cada coleção traz os resultados e análises das avaliações realizadas naquele ano, sendo que, os resultados disponibilizados são do Estado em geral, não de uma escola específica. Essas coleções são compostas por várias revistas/boletins e não seguem uma padronização de quantidade e títulos, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 2: Coleções das Revistas do SIMAVE.

Revistas/Boletins de Divulgação dos Resultados do SIMAVE			
Ano	PROEB (Português e Matemática)	PROALFA (Português/Alfabetização)	Sistema/Contexto/ Gestão
2008	Revistas/Boletins Pedagógicos;	Revista/Boletim Pedagógico; Boletim de Resultado.	Roteiro das Oficinas; Boletim Contextual.
2009	Revistas/Boletins Pedagógicos;	Revista/Boletim Pedagógico; Boletim de Resultado.	Revista do Sistema de Avaliação; Boletim Contextual.
2010	Revistas/Boletins Pedagógicos;	Revista/Boletim Pedagógico; Boletim de Resultado.	Revista do Sistema de Avaliação.
2010	Revistas/Boletins Pedagógicos;	Revista/Boletim Pedagógico;	Revista do Sistema de Avaliação; Revista do Gestor/ Gestão escolar.
2012	Revistas/Boletins Pedagógicos;	Revista/Boletim Pedagógico;	Revista Contextual; Revista do Sistema de Avaliação; Revista do Gestor/ Gestão escolar.
2013	Revistas/Boletins Pedagógicos;	Revista/Boletim Pedagógico;	Revista do Gestor/ Gestão Escolar; Revista Contextual; Revista do Sistema.
2014	Revistas/Boletins Pedagógicos;	Revista/Boletim Pedagógico;	Revista Contextual; Revista do Gestor/ Gestão Escolar; Revista do Sistema.
2015	Revista da Avaliação (coleção não disponibilizada)		

Fonte: Criado pelo autor, com base no Portal da Avaliação, 2017.

De modo geral, todas as revistas/boletins descrevem o SIMAVE e seus programas (PROEB/PROALFA e PAAE) e também mostram sua trajetória até o ano da revista, destacando os conteúdos aplicados e ano/série que foram avaliados nos anos anteriores, desde a primeira edição que foi no ano 2000. Aborda ainda sobre a importância da avaliação em larga escala e sobre a busca por melhorar os resultados, consequentemente aumentar os indicadores educacionais, que significam a “melhoria” da qualidade da educação ofertada pelo Estado, conforme apresenta o trecho a seguir:

O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública, o SIMAVE, configura-se como uma importante política pública de avaliação da educação com o propósito de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem em nossas escolas. Com os dados gerados pelas avaliações do SIMAVE, é possível proporcionar um diagnóstico preciso e rico da educação ofertada nas escolas

de nosso estado à sociedade e, especificamente, à comunidade escolar. (REVISTA DA ESCOLA, 2010, p. 12).

Os Boletins Pedagógicos e de Resultados tanto do PROEB quanto do PROALFA, trazem os resultados das escolas obtidos naquele ano, e também uma linha do tempo com os resultados obtidos em cada ano, segundo os próprios boletins, esse material possibilita discussões a serem realizadas pelos professores e a gestão escolar, com o objetivo de melhorar os resultados, pois através das análises dos resultados compreendem onde estão as principais falhas e poderão desenvolver estratégias para minimizá-las, melhorando assim a qualidade do ensino ofertado.

O Boletim Contextual do PROEB e do PROALFA, é composto por informações coletadas nos questionários socioeconômicos, que foram respondidos pelos estudantes, professores e diretores da escola. Analisando os dados coletados buscam estabelecer padrões de respostas em cada variável componente do questionário, criando assim, um perfil demográfico e social dos alunos, professores e diretores de cada escola.

A Revista/Boletim do Sistema de Avaliação (SIMAVE) apresenta as diretrizes, objetivos e finalidades desse sistema, bem como as Matrizes de Referência que orientam a elaboração de itens, a composição e a metodologia de análise de testes. Descreve os programas que configuram esse sistema: o PROEB, o PROALFA e o PAAE, focando nas suas trajetórias e os instrumentos utilizados nessas avaliações.

E a Revista/Boletim do Gestor ou Gestão Escolar apresenta informações gerais sobre a participação dos alunos na avaliação e os resultados de proficiência alcançados, apresentando, de modo sintético, os padrões de desempenho estudantil, além de discussões. Essas discussões buscam fazer com que os gestores e toda a equipe escolar entendam e se apropriem desses dados, para a partir deles elaborarem estratégias para melhorar o processo de ensino-aprendizagem, e conseqüentemente os resultados e alcançar as metas.

Portanto, todas as edições e coleções das Revista/Botins do Sistema de Avaliação e seus programas tem como objetivo não apenas a divulgação dos resultados, mas principalmente a apropriação deles por parte de todos os envolvidos e a busca por estratégias para melhorar as metas projetadas.

5.3 Trabalhos Acadêmicos

Ao realizar o levantamento de trabalhos acadêmicos referentes ao SIMAVE no Banco Teses e Dissertações da CAPES encontramos um total de 62 trabalhos, e percebemos que as universidades mineiras foram as que mais produziram trabalhos sobre essa temática. Assim, também recorremos as bibliotecas/repositório virtuais das universidades, elas são as seguintes: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Para selecionar os trabalhos acadêmicos para serem analisados, primeiro digitamos a palavra-chave SIMAVE no campo de busca/pesquisa tanto no Banco de Teses e Dissertações da CAPES quanto no repositório virtual das universidades, também escolhemos analisar os documentos do tipo dissertação, e fizemos um recorte no período de produção desses trabalhos, selecionando-os a partir do ano de 2007 a 2016.

A escolha por analisar os trabalhos a partir de 2007 foi porque nesse ano ocorreu a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com o objetivo declarado no *site* do Ministério da Educação de medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Ele é calculado a partir da taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nas avaliações em larga escala aplicadas, são elas a Prova Brasil (escolas dos Municípios, 5º ano/4ª série) e o SAEB (escolas estaduais, 9º ano/8ª série) com questões de língua portuguesa (foco em leitura) e matemática (foco na resolução de problemas), essas avaliações são desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/Mec) e aplicadas a cada dois anos em todo o território nacional, as metas são diferenciadas para a escola e a rede de ensino com o objetivo de alcançar a nota 6 até 2022, a mesma média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos. Assim, a escola passa a ter mais avaliações externas e em larga escala inseridas no seu interior, onde todas têm por objetivo aferir a qualidade da educação ofertada.

Dos 62 trabalhos encontrados, a partir dos critérios acima descritos selecionamos 30 trabalhos, sendo que, durante a análise dos resumos percebemos que três trabalhos apenas citavam o SIMAVE, um utilizava os dados dos resultados

das suas avaliações para buscar compreender se um determinado programa contra a violência interferiu positivamente no aumento do rendimento das avaliações externas ou não. Enquanto outro abordou o ensino de ciências nas escolas públicas e cita os resultados insatisfatórios dos alunos nas avaliações externas como a do SIMAVE, SAEB e a do Pisa. O terceiro vai falar apenas sobre o Avalia BH, que também é uma avaliação (sistemática) em larga escala, porém destinada apenas ao Município de Belo Horizonte. Todos esses trabalhos foram produzidos por alunos da UFMG.

Assim, restaram 27 trabalhos para serem analisados, esses abordam o SIMAVE de várias maneiras, falando sobre a bonificação atrelada ao resultado dessas avaliações, a gestão para alcançar os resultados, a apropriação dos resultados, o trabalho pedagógico desenvolvido para conseguir atingir as metas, os programas que constituem o SIMAVE (PROEB/PROALFA/PAAE), entre outros temas. Segue o quadro com o levantamento dos trabalhos realizado:

Quadro 3: Levantamento dos Trabalhos Acadêmicos.

Ano	Título	Autor	Instituição	Qde
2007	Eficiência das escolas públicas estaduais de Minas Gerais: considerações acerca da qualidade a partir da análise dos dados do SICA e do SIMAVE	Victor Maia Senna Delgado	UFMG	1
2008	O Funcionamento Diferencial do Item de Língua Portuguesa: Análise das Causas e Consequências no Contexto do Programa Nova Escola-RJ e do PROEB-MG;	Edilene Noronha Rodrigues	UFJF	1
2009	Escalas de proficiência: diferentes abordagens de interpretação na avaliação educacional em larga escala	Flávia Almeida Perry	UFJF	1
2010	Eficácia dos processos de linkagem na avaliação educacional em larga escala	Wellington Silva	UFJF	2
	A (contra) reforma da educação pública em Minas Gerais: o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica/Proeb em análise	Josiane Cristina dos Santos		
2011	Sistemas de avaliações em larga escala na perspectiva histórico-cultural: o caso do sistema mineiro de avaliação da educação pública – SIMAVE	Carlos Renato Soares	UFJF	1
2012	Programa de gestão dos resultados do SIMAVE/PROEB destinado a professores da rede municipal de Barbacena*	Dayse Maria Campos Ferreira	UFJF	6

	A formação continuada dos diretores escolares no contexto da política pública das avaliações externas*	Edvania de Lana Morais Andrade		
	Gestão educacional: uma análise qualitativa dos fatores que geram o êxito da escola*	Lúcia Helena Miranda Bastos		
	As ações de gestão escolar que garantem o sucesso na implementação de uma política pública e impactam no desempenho dos alunos: experiências de escolas mineiras*	Jânua Caeli Gervásio Galvão		
	Análise de ações educacionais de uma escola com bom desempenho no PROALFA*	Catia Cristina Claudio Trindade Rosa		
	A gestão escolar como fator de superação da influência socioeconômica nos resultados educacionais*	Fabio Camilo Xavier		
2013	A eficácia da oficina de capacitação para apropriação dos resultados do SIMAVE/PROEB: o caso de duas escolas da rede estadual de ensino de Juiz de Fora*	Francisca Rosilda de Oliveira Sales	UFJF	4
	Acordo de resultados e sistema mineiro de avaliação: estudo de caso em três escolas estaduais da superintendência regional de ensino de Caxambu-MG*	Giselle Amaral Abreu		
	O uso dos resultados do SIMAVE e suas possíveis implicações para gestores escolares e professores: o caso das escolas públicas de Formiga - MG	Liliane Cecilia de Miranda Barbosa	UFMG	
	Um estudo sobre o desempenho dos estudantes da Escola Estadual Waldomiro Mendes de Almeida nos exames do SIMAVE e ENEM	Renata Pessoa Bifano	UFV	
2014	Uso de resultados do SIMAVE/PROEB pela superintendência regional de ensino de Caxambu*	Alfredo Carnevalli Motta	UFJF	4
	Apropriação de resultados das avaliações do PROEB pelas equipes gestoras e seu repasse aos professores de matemática do ensino médio*	Daniel Pinheiro Chagas		
	Fatores de eficácia escolar associados ao desempenho nas avaliações externas: o caso de uma escola estadual de Divinópolis / MG*	Célio Serafim dos Santos		
	Análise dos cursos de capacitação para divulgação e apropriação de resultados do SIMAVE/PROALFA e PROEB da Superintendência Regional de Teófilo Otoni / Minas Gerais*	Maria Lúcia Viana do Prado		
2015	A apropriação de resultados do Proeb e as estratégias utilizadas por duas escolas de ensino fundamental da rede estadual de ensino de Juiz de Fora*	Luís Cláudio Rodrigues de Carvalho	UFJF	4

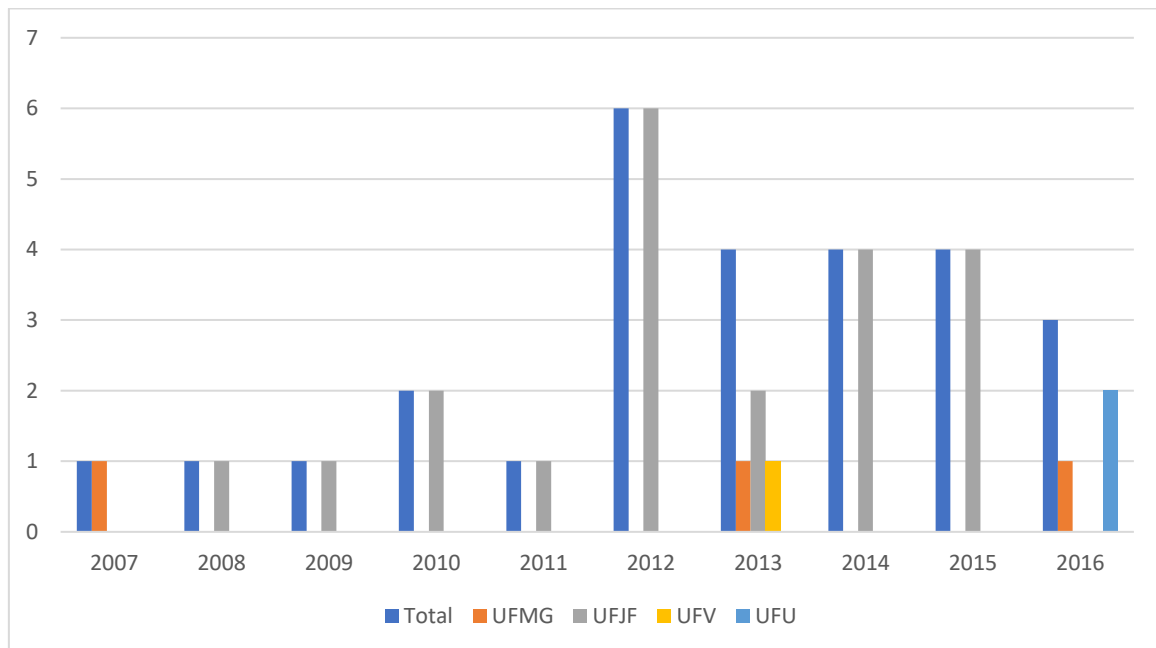
	A utilização do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE) nas escolas estaduais de Passos: reflexões sobre avaliação diagnóstica do ensino médio*	Émerson Marques Queiroz		
	O Programa de Intervenção Pedagógica-PIP/CBC em três escolas da SRE - Curvelo: análise das ações gestoras que contribuem para a melhoria dos resultados externos*	Dulcymar de Mello Gonçalves Pimenta		
	O programa de intervenção pedagógica/alfabetização no tempo certo-PIP/ATC em uma Superintendência Regional de Ensino do Norte de Minas Gerais*	Marinês Gomes Cardoso		
2016	Proficiência leitora no ensino médio: um estudo dos resultados do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica de Minas Gerais (PROEB)	Andréia Teixeira	UFMG	3
	As influências do sistema mineiro de avaliação na construção da qualidade da educação	Patrícia Aparecida da Silva	UFU	
	A qualidade da escola pública APESAR do Simave	Alessandra Ferreira Bento Souza		

Fonte: Criado pelo autor, 2017.

Título*: Trabalho desenvolvido por alunos do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF.

Ao preencher o quadro acima pudemos perceber a recorrência de alguns dados, e isso gerou muitas discussões e problematizações. Com isso, buscando explorar um pouco mais os dados do quadro desenvolvendo alguns gráficos. O primeiro gráfico mostra as produções acadêmicas anuais por universidade, conforme segue abaixo:

Gráfico 1: Produções Acadêmicas anuais por Universidades.



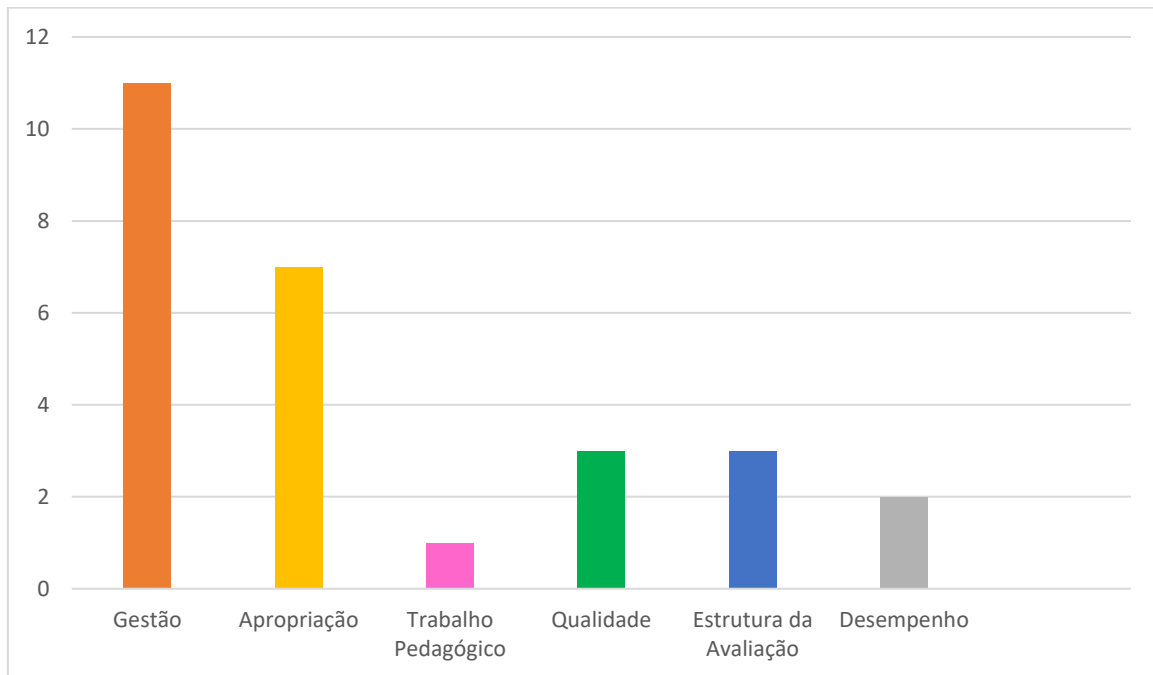
Fonte: Criado pelo autor, 2017.

O gráfico deixa ainda mais evidente a maior quantidade de trabalhos produzidos pela UFJF, sendo ao todo 21 trabalhos. Diante disso, procuramos problematizar o motivo de tanto interesse pelo SIMAVE, e descobrimos que a Faculdade de Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) possui um Programa de Pós-Graduação Profissional (PPGP) chamado Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, iniciado no ano de 2008. Sendo que, 16 trabalhos encontrados no levantamento pertencem a esse programa. A UFMG foi a segunda universidade com mais trabalhos produzidos, um total de 3. Enquanto a UFU produziu 2 trabalhos referentes ao SIMAVE e a UFV apenas 1. Assim, fica evidente uma maior discussão sobre o SIMAVE na UFJF e na UFMG, pois elas foram as universidades que mais produziram trabalhos abordando essa temática.

Explorando um pouco mais os dados do gráfico, percebemos que a partir de 2012 houve um aumento na quantidade de trabalhos produzidos, anteriormente aparecem apenas 1 ou 2 trabalhos por ano, nesse ano foram produzidos 6 trabalhos e nos anos seguintes 4 por ano. Sendo que, em 2007 e 2016 foram os anos em que não houve nenhuma produção da UFJF e a UFMG foi a universidade que sobressaiu com uma quantidade maior de trabalhos.

Analisando esses trabalhos buscamos separá-los em alguns eixos temáticos, com o objetivo de agrupá-los e explorar um pouco mais cada tema e também as possíveis relações entre um trabalho e outro. Diante disso, segue o segundo gráfico que mostra as temáticas dos trabalhos:

Gráfico 2: Temáticas dos Trabalhos Acadêmicos.



Fonte: Criado pelo autor, 2017.

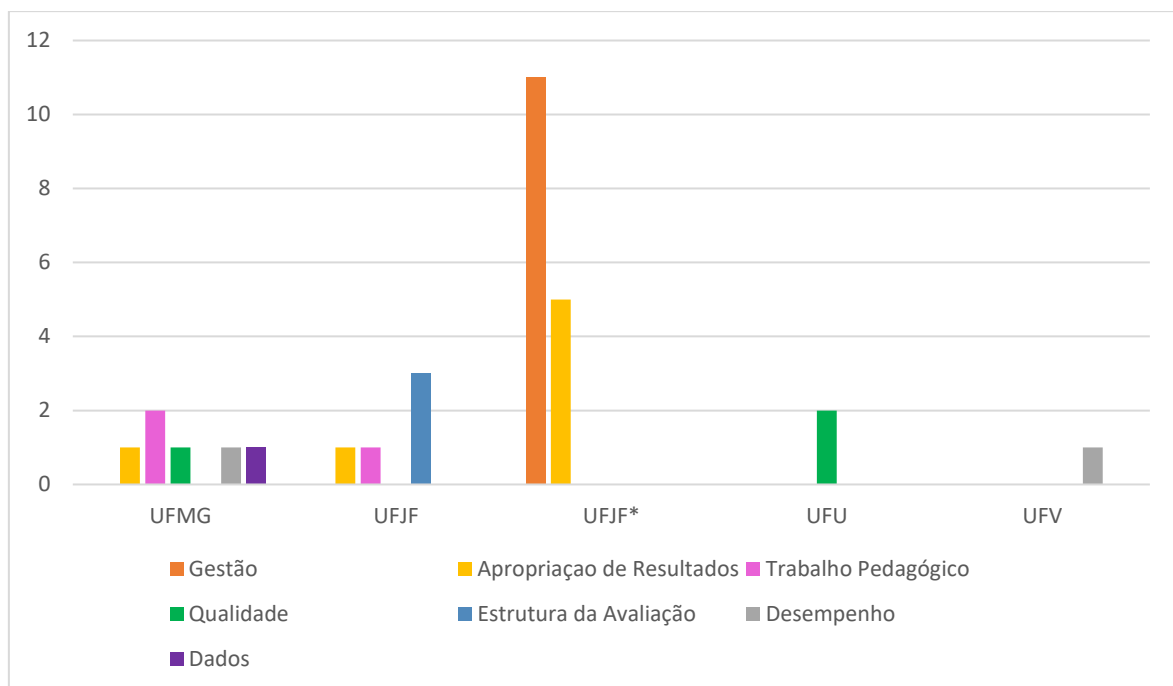
Conforme apresenta o gráfico 2 acima, as temáticas escolhidas foram as seguintes: gestão, apropriação, trabalho pedagógico, qualidade, estrutura da avaliação, desempenho e dados. Para realizar essa divisão utilizamos alguns critérios, como por exemplo, todos os trabalhos que sobressaia a importância da equipe gestora para alcançar as metas, boas práticas gestoras, gestão de resultados e também quando o discurso é voltado para os diretores da escola colocamos dentro da temática de gestão (11). Já os que enfatizam a apropriação dos resultados e também a apropriação da política do Sistema de Avaliação por todo o corpo docente, como utilizam os resultados e boas práticas a partir deles foi considerado da temática de apropriação (7). Enquanto os que falam sobre o trabalho do professor ressaltando as implicações e mudanças no trabalho pedagógico por causa do SIMAVE e sugestões de como desenvolver o trabalho dentro da sala de aula foi direcionado à temática do trabalho pedagógico (1). Os trabalhos que abordavam como a avaliação sistemática mineira contribui ou não contribui para a construção da qualidade educacional foram

colocados dentro da temática da qualidade (3). Também tiveram trabalhos que se voltaram a analisar os critérios de correção e a forma de apresentação dos resultados das avaliações, como o funcionamento diferencial das questões e a escala de proficiência em que o aluno se encontra, assim, para eles utilizamos a temática da estrutura da avaliação (3). E por fim, outra temática utilizada foi o desempenho (2), onde foram selecionados os trabalhos que se voltaram para analisar o resultado dos alunos na avaliação em determinadas escolas.

Todas essas temáticas estão interligadas e dialogam entre si, pois de um modo ou de outro buscam trazer as interferências do SIMAVE no contexto escolar, tanto no que diz respeito ao trabalho desenvolvido para atingir as metas impostas, quanto em relação a forma como os resultados são apresentados e incorporados por todos. Porém, isso é apresentado nos trabalhos utilizando diversos pontos de vista e várias perspectivas acerca do que se compreende sobre a política de avaliação em larga escala, em particular o SIMAVE, e como ela está colocada dentro do ambiente escolar.

Com o intuito de aprofundar mais os estudos sobre essas temáticas e também estabelecer uma relação dos trabalhos com as linhas de pesquisas das universidades fizemos o terceiro gráfico a seguir:

Gráfico 3: Temáticas por Universidades.



Fonte: Criado pelo autor, 2017.

Os dados desse gráfico nos mostram o que cada universidade tem focado sobre o SIMAVE. Assim, fica muito visível a temática da gestão predominante apenas na UFJF (11), a apropriação também é outro tema que a UFJF enfatiza (6), porém a UFMG tem 1 trabalho desenvolvido sobre ela. A UFMG também tem trabalhos sobre qualidade (1), e desempenho (1). Enquanto a UFU tem trabalhos apenas sobre o tema qualidade (2). E a UFV a apresenta apenas 1 trabalho sobre desempenho.

O interesse da UFJF pela temática da gestão (11) e apropriação (5) pode ser compreendido pelo seu Programa de Pós-Graduação Profissional de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, como já citado anteriormente, uma vez que, os objetivos desse curso são desenvolver as competências e habilidades, e promover as qualidades profissionais necessárias ao exercício eficiente dos novos papéis que são atribuídos ao gestor da educação pública, portanto, voltado principalmente ao público de diretores e gestores da educação. O programa tendo como linhas de pesquisa: Modelos, Instrumentos e Medidas Educacionais; Gestão, Avaliação e Reforma da Educação Pública; Equidade, Políticas e Financiamento da Educação Pública; Avaliação, Currículos e Desenvolvimento Profissional de Gestores e Professores da Educação Básica.

5.3.1 Aprofundando as temáticas

A partir das temáticas apresentadas, escolhemos três para nos aprofundar na análise dos trabalhos e compreender as concepções da política de avaliação presentes neles, elas são as seguintes: gestão, apropriação e qualidade.

Ressaltamos que essa divisão em temáticas não foi tão simples, e que em alguns momentos tínhamos a impressão de que todos os trabalhos estavam falando a mesma coisa, isso porque todas essas temáticas estão interligados para que os resultados do SIMAVE sejam atingidos, mas não só por isso, mas para que a educação oferecida seja realmente de qualidade, quando essas avaliações passarem a cumprir verdadeiramente o seu papel de diagnosticar a situação educacional e procurar meios de intervir e não apenas medindo e responsabilizando. Assim, a gestão escolar tem papel fundamental nesse trabalho, e o primeiro passo é buscar fazer com que todos os envolvidos se apropriem dos resultados das avaliações, compreendendo verdadeiramente, para assim, buscar práticas pedagógicas que

alcancem seus alunos, com o intuito que eles realmente aprendam, e com isso possam ter o acesso ao seu direito de uma educação de qualidade.

Para desenvolver essas temáticas vamos tentar relacionar os trabalhos acadêmicos entre si e também estabelecer um diálogo com alguns autores e/ou documentos, enfatizando a perspectiva apresentada pelo trabalho considerando o contexto que foi escrito (universidades, programas de pós-graduação, entre outros) e também o que os autores escolhidos falam sobre o tema, esses autores foram selecionados a partir da nossa perspectiva sobre avaliação em larga escala, avaliação sistemática, avaliação externa, qualidade, gestão.

5.3.1.1 Gestão

Todos os trabalhos acadêmicos que estão dentro da temática de gestão (11) pertencem a UFJF, mais precisamente ao seu Programa de Pós-Graduação Profissional, já descrito anteriormente. Diante disso, eles vão abordar a gestão com perspectivas semelhantes, sempre trazendo a importância da gestão para alcançar as metas e voltado principalmente para os resultados nas avaliações externas.

Para isso, a maioria dos trabalhos analisam escolas com um bom desempenho e descrevem os seus diferenciais (trabalho da gestão e práticas pedagógicas) para manter os resultados bons e alcançar as metas, também sempre ao final do trabalho eles produzem um Plano de Ação Educacional com essas boas práticas, com o intuito de disseminá-las.

Eles também trazem alguns programas desenvolvidos pelas Superintendências de cada Região destinados aos diretores/gestores, um exemplo é o Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares (PROGESTÃO). Segundo descrições desses trabalhos, são cursos de formação continuada com o objetivo de propiciar o desenvolvimento das competências técnicas necessárias à apropriação dos dados das avaliações externas, e com isso, traçar estratégias para melhorar os resultados. Eles destacam a importância da apropriação desse sistema de avaliação e também dos resultados das avaliações, mostrando as boas práticas dessas escolas estudadas, e as estratégias que a gestão deve desenvolver para conseguir atingir as metas. Também enfatizam a importância do trabalho da gestão para a implementação

de Programas de Intervenção Pedagógica (PIP) ser bem-sucedida e conseguir os resultados almejados.

Diante disso, fica evidente que a principal preocupação da equipe gestora deve ser atingir as metas, trabalhar buscando melhorar os resultados das avaliações externas. Essa perspectiva fica explícita já nos resumos dos trabalhos, conforme apresenta os trechos a seguir:

Os dados evidenciados apontam a necessidade de aperfeiçoamento do processo de formação continuada aos diretores, pois a utilização dos resultados das avaliações externas ainda revela-se incipiente. (ANDRADE, 2012).

Os dados encontrados demonstram que, apesar dos conhecimentos das metas e da existência de uma avaliação externa, nem todos os gestores conseguem mobilizar seus professores para um trabalho efetivo em busca de um trabalho articulado, visando ao alcance dessas metas. (ABREU, 2013).

Os dados encontrados demonstram que há relevância da atuação da gestão escolar com foco na gestão pedagógica na implementação eficaz e eficiente de uma política e nos bons resultados dos alunos e das escolas. (GALVÃO, 2012).

Foram apresentados os dados obtidos através da observação participativa, [...] que proporcionaram destacar as ações implementadas pela equipe escolar que visaram a melhoria do desempenho dos alunos na avaliação externa e, a consequente aprendizagem dos educandos que proporcionou o avanço educacional nas etapas escolares adicionais. (ROSA, 2012).

Assim, percebe-se a instauração de uma gestão por resultados dentro do ambiente escolar, onde a preocupação maior é o produto final (resultado da avaliação) e não o processo (desenvolvimento e a aprendizagem). E a utilização de termos mercadológicos como: eficácia, produtividade, eficiente, eficaz, estratégias, etc., deixa ainda mais evidente essa aproximação da gestão escolar com a administração de uma empresa. Sendo que, de acordo com Paro (2002):

[...] A eficiência da empresa capitalista é medida, pois, pela capacidade que esta tem de levar os trabalhadores a produzir um excedente do qual ela se apropria e que constitui o seu lucro, não havendo nenhuma incompatibilidade entre a busca dessa meta e a utilização de meios dominadores para consegui-la, já que seus objetivos são em última instância de dominação. Diante disso, impõe-se a constatação de que os objetivos da educação não

são apenas diferentes do da empresa capitalista, mas *antagônicos* a eles. Ao passo que a primeira, enquanto mediação necessária à humanização do homem, deve buscar a liberdade, articulando-se com valores universais, a segunda, ao ter que opor-se aos interesses da imensa maioria, faz uso da dominação, transmitindo, assim, no âmbito da mera necessidade. (PARO, 2002, p. 110 e 111).

Portanto, tomando o conceito mais geral de gestão ou administração, que segundo Paro (2002) é “[...] a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados” (PARO, 2002, p. 108, apud PARO, 1986, p. 18), acreditamos que a gestão escolar deve ter como fins determinados a formação integral do sujeito baseado nos textos da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996). Para isso, é necessário que a gestão tenha princípios que corroborem para o desenvolvimento integral desse sujeito, focando principalmente no trabalho pedagógico a ser desenvolvido para que o aluno realmente aprenda. Ou seja, que o processo de aprendizagem seja o foco da gestão e não apenas os resultados de avaliações externas.

5.3.1.2 Apropriação dos resultados

A maioria dos trabalhos sobre apropriação são da UFJF, sendo que, dos 5 produzidos por seus alunos, 4 são do PPGP do Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, e 1 é da UFMG. Quando analisamos esses trabalhos logo percebemos uma enorme diferença em relação ao que cada universidade aborda sobre a apropriação, sua importância e também implicações no trabalho docente.

Os trabalhos desenvolvidos por alunos do PPGP do Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF, vão abordar a apropriação ressaltando sua importância para a possibilidade de realizar ações com o intuito que as metas sejam atingidas, já que para atingi-las são necessários ter conhecimentos das principais dificuldades dos alunos e procurar saná-las, para isso, a partir da análise dos resultados das avaliações desenvolver estratégias, conforme os trechos a seguir:

A divulgação e apropriação dos resultados do Proeb possibilitam a discussão e a tomada de decisões educacionais, contribuindo para a adoção de práticas pedagógicas mais eficazes. Entende-se que a conscientização sobre a importância e a devida compreensão acerca da função diagnóstica da avaliação externa leva ao comprometimento para com a melhoria dos

resultados, motivando a equipe pedagógica para a criação de estratégias a fim de que os resultados espelhem a melhoria da qualidade do ensino. (FERREIRA, 2012, p. 43).

Contudo, para que as avaliações possam exercer suas funções no âmbito escolar, faz-se necessário que a Gestão Escolar se aproprie dos resultados das avaliações e os utilize para, dentre outras finalidades, monitorar o desempenho e planejar ações, com vistas a melhorar a qualidade da educação ofertada em sua unidade escolar. (SALES, 2013, p. 24).

No tocante à apropriação dos resultados produzidos pelas avaliações externas, pelos atores educacionais da unidade escolar. O papel do gestor reveste-se de importância, uma vez que cabe a ele, além da apresentação dos resultados, disponibilizar e incentivar o acesso direto dos atores educacionais aos resultados produzidos pelas avaliações, bem como promover espaços/tempos para a discussão dos resultados, e para o planejamento/definição, em conjunto, de estratégias, com vistas ao alcance das metas/objetivos elaboradas em conformidade com as diretrizes das instâncias macro do sistema de ensino e com as especificidades da própria escola. (SALES, 2013, p. 26).

Também ressaltam a importância das oficinas de capacitação oferecidas pelo CAEd, buscando uma apropriação mais consistente por parte de todos os envolvidos, focando atingir as metas impostas, de acordo o trecho a seguir:

Esses cursos, que se constituem como uma das ações implementadas pela SRE para os docentes das escolas a ela jurisdicionadas, pretendem que esses profissionais não apenas conheçam e se apropriem dos resultados, mas que possam fazer da avaliação externa uma aliada da ação docente, revertendo-se na melhoria dos resultados. (PRADO, 2014, p. 17).

Com essa mesma perspectiva é apresentada a responsabilização atrelada a bonificação no trecho abaixo, mostrando a utilização dela para motivar os professores a buscar atingir as metas:

A responsabilização é uma realidade das políticas educacionais em Minas Gerais, e, pelo fato de estar atrelada a bonificações e incentivos em caso de alcance das metas, a apropriação desses resultados é fundamental para a criação de novas estratégias de atuação. De acordo com a Diretora II da SRE de Caxambu, a apropriação dos resultados se dá no âmbito de toda a SRE, sendo que todos os setores são informados dos resultados obtidos através de seus diretores, o que gera, segundo a Diretora II, uma rede de colaboração entre os setores, e a responsabilização de cada um deles, em prestar um serviço de qualidade dentro de área de atuação com a pretensão de se refletir na melhoria dos resultados das escolas. (MOTTA, 2014, p. 85 e 86).

Apenas um trabalho da UFJF não pertence a esse programa, e a perspectiva sobre a apropriação do SIMAVE é um pouco diferente, pois a autora critica a forma como esse sistema de avaliação tem interferido no trabalho docente, e que, nas avaliações dos seus programas, o PROEB em especial, não considera as complexidades do processo educativo, conforme apresentam os trechos a seguir:

Portanto, a partir das discussões apresentadas é perceptível que as políticas implementadas pelos governos nesse período de (contra) reforma estiveram voltadas para a busca de melhoria de resultados do sistema educacional, porém, as medidas realizadas não priorizaram atender às necessidades e reivindicações da sociedade, mas sim aos interesses neoliberais. A Secretaria de Estado da Educação buscou estabelecer novas medidas para o alcance de melhores resultados no SIMAVE, bem como nas avaliações do SAEB. Sendo assim, é de grande importância conhecer e discutir os objetivos propostos pelo SIMAVE, compreendendo-o nessa nova fase de reestruturação capitalista, no contexto da (contra) reforma da Educação do Estado de Minas Gerais. (SANTOS, 2010, p.62).

A avaliação externa também desempenha importante papel no que se refere ao trabalho dos professores e em seu fazer pedagógico, visto que estes profissionais se vêem em conflito entre a “autonomia” para a realização de suas propostas pedagógicas, e a pressão das avaliações externas, que exigem um mecanismo em relação aos conteúdos, habilidades e competências que devem ser trabalhados. Essas avaliações se tornam assim um mecanismo de controle do trabalho docente e acabam desqualificando este trabalho, já que os professores perdem a “autonomia” em relação ao seu trabalho e precisam “ensinar” os alunos numa perspectiva padronizada, para a realização dos testes e a obtenção de resultados. Tem-se um discurso sobre a “autonomia” da escola e do professor, que na prática não se concretiza, visto os mecanismos de controle que impossibilitam o alcance de tal “autonomia”, como as avaliações externas. (SANTOS, 2010, p. 67 e 68).

Já o trabalho desenvolvido pela aluna da UFMG, além de falar sobre como são utilizados os resultados, também traz suas implicações no cotidiano escolar e no trabalho docente, de acordo com os trechos abaixo:

Em relação aos usos dos resultados, a SRE/Passos explicou aos diretores que estes devem ser utilizados pelo gestor de rede para o planejamento e a execução de políticas públicas, para implementação de medidas de responsabilização e de incentivos diretos ou indiretos e de ações de formação continuada de professores. Pela primeira vez capturou-se o termo “responsabilização” em relação ao uso dos resultados do SIMAVE explicitamente. Outros objetivos apontados são a criação de metas de qualidade e a equidade. A escola deve usar os resultados para elaboração do projeto político pedagógico, monitoramento da qualidade de ensino e como subsídio para a avaliação institucional (autoavaliação). Já o professor deve fazer uso dos resultados dos programas do SIMAVE nas intervenções

pedagógicas; na elaboração de projetos especiais, com foco nos alunos com dificuldades; em ações de reforço escolar, planejamento da sala de aula; e para ter uma visão proativa quanto ao desenvolvimento das habilidades e competências ao longo da educação básica. Como destinatário, o aluno também deve fazer uso dos resultados para o acompanhamento individual do desempenho e para obter informações sobre a qualidade dos serviços educacionais prestados a ele e seus familiares. Dessa vez a responsabilização (social) aparece implicitamente no discurso da SRE. (BARBOSA, 2013, p.109).

Tais depoimentos permitem inferir que os professores sentem que são cobrados e que o sistema educacional tem retirado deles a autoridade para cobrar dos alunos. Parece assim existir entre os professores o sentimento de que cada vez mais aumentam os mecanismos de controle e fiscalização sobre o seu trabalho, ao mesmo tempo em que diminuem os mecanismos de controle dos professores sobre a disciplina dos alunos, em termos de estudos e dedicação. A ferramenta que outrora era utilizada como mecanismo de controle dos alunos pelos professores, que a utilizava como instrumento de convencimento da necessidade de estudar, para não ser reprovado e poder prosseguir com sucesso seus estudos passou a constituir mecanismo de controle do estado sobre os professores, que precisam cumprir metas para receber bonificação e não receber maiores “punições”: “Ainda estou no controle das minhas funções, mas não sei até quando”. (Professor da Escola D, em entrevista cedida em 18 de junho de 2012). (BARBOSA, 2013, p. 175 e 176).

Os depoimentos coletados nesta pesquisa nos permitem analisar, conforme Garcia e Anadon (2009), que está ocorrendo uma precarização do trabalho docente. Segundo os autores, tal situação se deve aos seguintes fatores: intensificação do trabalho dos professores pela ampliação das funções e das jornadas de trabalho; baixos salários; padronização dos currículos do ensino básico e da formação docente; existência dos exames nacionais que favoreceram a emergência de novas formas de controle baseadas no desempenho, na “autorresponsabilização”, na culpa pelos resultados; demanda intensa de trabalho burocrático para prestação de contas e colonização do tempo dos professores. (BARBOSA, 2013, p. 177).

Então, diante da análise dos trechos acima fica evidente uma diferença de perspectiva quanto ao modo que esta apropriação está sendo realizada, e também em relação a como ela está impactando no trabalho docente. Pois, enquanto uns acreditam que a responsabilização atrelada a bonificação ajuda a melhorar essa apropriação, outros argumentam que esse mecanismo está precarizando ainda mais o trabalho docente.

5.3.1.4 Qualidade

Os 2 trabalhos que abordam o tema qualidade pertencem à UFU, eles buscam compreender as concepções de qualidade presentes no SIMAVE. Diante disso, Silva (2016) autora da dissertação com o título “As influências do sistema mineiro de avaliação na construção da qualidade da educação”, utilizou-se da metodologia estudo de caso do tipo etnográfico, recorrendo ao auxílio da observação, entrevista, pesquisa bibliográfica e documental. Ela também trabalhou com as revistas/boletins do SIMAVE, e ao analisa-lo mostra que nas “entre linhas” se evidencia que é responsabilidade da gestão escolar garantir uma educação de qualidade para seus alunos, conforme o trecho a seguir:

Diante dos excertos acima podemos ver a ênfase que o Simave dá à gestão escolar, atribuindo-lhe grande responsabilidade no processo pela garantia da qualidade da educação que é disseminada no interior das escolas mineiras. Como se revelassem para nós que por meio de uma boa gestão de nossas escolas conseguiremos de fato uma educação de qualidade para os(as) estudantes. (SILVA, 2016, p 108).

Ainda recorrendo as revistas, ela destaca as expressões utilizadas, e aponta que a perspectiva de qualidade desse sistema de avaliação é baseada nos valores do mercado, ou seja, a mesma, presente na lógica empresarial, como está apresentado no seguinte trecho:

Nessa direção, a busca pela “excelência na educação mineira”, por “garantir a qualidade do ensino”, em “melhorar a eficiência do sistema”, obter “resultados escolares mais eficazes”, ter a “avaliação como ferramenta para o alcance das metas educacionais”, como “mecanismo de estímulo à mudança”, e/ou “subsídio para mudanças”, visar a “articulação e o alinhamento entre os sistemas educacionais e suas redes de ensino”, “efetuarmos comparações”, são expressões mencionadas pelas Revistas do Sistema de Avaliação de 2012, 2013 e 2014, que nos remete à lógica do mercado capitalista na produção de sua qualidade e principalmente ao funcionamento das empresas na sociedade. (SILVA, 2016, p. 110).

Souza (2016) é autora da dissertação intitulada “A qualidade da escola pública apesar do SIMAVE”, utilizou da abordagem qualitativa, recorrendo a vários instrumentos de pesquisa, entre eles questionário, entrevista, observação, etc., e para analisa-los também se debruçou sobre as revistas do SIMAVE. Assim, essas revistas mostraram, segundo a autora, no trecho abaixo a relação entre a avaliação e a qualidade:

Segundo os organizadores dessa política, a avaliação em larga escala é o instrumento fundamental para se atingir o compromisso anunciado de melhoria da Educação (SIMAVE, 2013). Essas afirmações demonstram o vínculo estreito e intrínseco entre a avaliação e a qualidade do ensino. (SOUZA, 2016, p. 84).

Nessa perspectiva ela vai falar sobre a concepção de qualidade que está incorporado por esse sistema de avaliação, o SIMAVE, como apresenta o trecho a seguir:

A lógica se respalda pela perspectiva mercadológica e o eixo está no produto e não no processo. A discussão sobre qualidade se caracteriza na lógica do campo produtivoempresarial transposto para o campo das políticas educacionais e para a análise dos processos pedagógicos (Gentili, 2001). (SOUZA, 2016, p. 85)

Assim, ambas as autoras chegam à conclusão que a concepção de qualidade educacional que se encontra no SIMAVE é a que está presente no mercado, focada no resultado e não no processo, e ainda, sendo gerada apenas pelo êxito nessas avaliações, sendo aferida por meio de avaliações externas estandarizadas e deixando de lado todos os diversos fatores presentes no processo de ensino e aprendizagem. Diante disso, essa qualidade presente não leva em consideração o texto da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que no seu art. 205 diz que a educação tem que visar o desenvolvimento pleno da pessoa, prepara-la para o exercício da cidadania e o trabalho. E, muito menos, o que se encontra presente no texto da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), que em seu art. 4º, no inciso IX que traz a garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino, que são definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Esses padrões mínimos de qualidade apresentados pela Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) podem ser considerados os objetivos de cada nível da educação:

Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em

seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Do Ensino Fundamental

Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996).

Portanto, fica evidente que o SIMAVE busca gerar uma qualidade a partir dos resultados de suas avaliações, sendo que, nenhuma avaliação externa por si só é capaz de aferir a qualidade que é descrita e almejada nos documentos da Constituição (BRASIL, 1988) e da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação do Estado de Minas Gerais com a Avaliação em larga escala iniciou muito antes da sua consolidação como sistema, primeiramente com uma experiência realizada em 1992, e só no ano de 2000 que foi instituído o SIMAVE. A partir da sua instituição, o SIMAVE percorreu um longo percurso até os dias atuais passando por grandes mudanças. Primeiro, o desenvolvimento dos programas que o integram, ele iniciou apenas com PROEB e depois foram desenvolvidos o PROALFA e o PAAE.

Durante o passar dos anos, as avaliações dos programas do SIMAVE foram se aproximando das avaliações de nível nacional (SAEB e Prova Brasil), utilizando a mesma Matriz de Referência e os conteúdos (CBC). Assim, se tornou possível comparar os resultados atingidos em nível estadual com os do nível nacional, e acreditamos que de certa maneira, o SIMAVE além de medir a qualidade da educação ofertada pelo Estado também passou a ser um treinamento para as avaliações em larga escala nacionais, pois as avaliações do SIMAVE são anuais, enquanto as do SAEB e Prova Brasil são bienais. Desta forma, se evidencia que o SIMAVE introduziu e reforçou ideias da qualidade relacionadas à avaliação entendida como medidas quantitativas de desempenho de estudantes e, ainda, à obtenção de resultados e metas.

Esse Sistema de Avaliação foi se modificando também de acordo com o contexto político e as demandas nacionais, pois, no decorrer dos anos os índices das avaliações externas foram se tornando tão importante para o país e os Estados que, no intuito de alcançar as metas, o Estado Mineiro implementou o prêmio por produtividade ou bônus por resultado. Assim, apenas as escolas que atingissem as metas projetadas ganhavam uma bonificação, isso ocorreu a partir do ano de 2008 e prevaleceu até 2014.

Diante disso, e também através das análises dos documentos, revistas e trabalhos acadêmicos, fica evidente que as lógicas incorporadas por esse Sistema são baseadas nos valores do mercado, sendo que, as expressões utilizadas são um exemplo bem claro disso como: eficiência, eficácia, produtividade, metas. Nessa perspectiva, a responsabilização e prêmio por produtividade tem como objetivo fazer com que as metas sejam alcançadas, havendo uma supervalorização dos resultados

e esquecimento do processo de ensino e aprendizagem do aluno. Observa-se ainda, que essas ações geraram uma precarização do trabalho docente, que passou a ser mais pressionado para conseguir bons resultados e houve aumento do trabalho burocrático para a prestação de contas sobre esses resultados, contribuindo para a criação de um clima de competitividade entre os professores e as escolas.

Outra concepção propagada é a de que o êxito nessas avaliações está atrelada à qualidade, ou seja, a ideia de que as avaliações desse sistema podem aferir a qualidade educacional ofertada pelas escolas públicas desse Estado, assim, as escolas com bons resultados oferecem uma educação de qualidade. Porém, não há como mensurar a qualidade apenas a partir do resultado de exames externos e descontextualizados, pois o processo de ensino e aprendizagem é subsidiado por diversos fatores intra e extraescolares que não tem como ser contemplados nessas avaliações.

Com isso, percebemos que os objetivos mencionados na resolução de criação do SIMAVE não estão sendo atendidos, pois de avaliações diagnósticas com o intuito de promover políticas públicas para melhorar a educação, passou a supervalorizar os resultados dessas avaliações e, a partir deles, responsabilizar, premiar e punir. Portanto, não está sendo conduzido por metodologias adequadas e nem sendo um instrumento de acompanhamento da educação dessa rede de ensino. O trecho a seguir vai ressaltar como deveria ser conduzida a avaliação em larga escala:

A avaliação em larga escala, do tipo Saeb, é um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas. Quando conduzidas com metodologia adequada podem trazer importantes informações sobre o desempenho dos alunos, dados sobre os professores, condições de trabalho e funcionamento das escolas de uma rede. (FREITAS et al., 2009, p. 47).

A partir de 2015 houve muitas modificações nas concepções e aplicações das avaliações do SIMAVE, e uma delas foi a retirada da bonificação, como tentativa de eliminar as disputas entre as escolas, professores que eram geradas por esse modelo. Ainda, segundo as informações divulgadas no *site* da SEE/MG as modificações realizadas em 2015 no SIMAVE, buscam uma nova concepção de avaliação dos

estudantes e da escola, pautada no compromisso com a promoção da equidade com a redução das desigualdades sociais, e por isso o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública passou a se chamar Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública.

Porém, essas mudanças ocorrem após muitas discussões no cenário da avaliação, onde muitos estudiosos da área e professores da rede de ensino pública se posicionavam contra as lógicas enraizadas nos sistemas de avaliações em larga escala, criticando principalmente o bônus por resultado. E também pelo Estado Mineiro não conseguir se destacar nas avaliações como no início da implementação do bônus, pois no início o Estado teve grande destaque com IDEB de 5.5 em 2009, na etapa dos anos finais do Ensino Fundamental I (4ª série/ 5ºano), o melhor do país. Com os passar dos anos as metas continuaram sendo atingidas, mas o avanço não foi tão significativo. E nas etapas do Ensino Fundamental II (8 série/ 9º ano) e Ensino Médio (3º ano) os resultados não foram tão bons, comparado a etapa anterior.

Então, o SIMAVE se mostra como os demais sistemas de avaliações em larga escala, pautada nas ideologias neoliberais, trazendo as lógicas do mercado capitalista para dentro do ambiente educacional. Mas as mudanças apresentadas em 2015 em relação a sua concepção de avaliação mostram perspectivas e metodologias mais adequadas a esse instrumento, porém antes de insinuar algo sobre essas mudanças é necessário aguardar os rumos que esse sistema de avaliação vai seguir.

REFERÊNCIAS

ABREU, G. A. **ACORDO DE RESULTADOS E SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO**: estudo de caso em três escolas estaduais da Superintendência Regional de Ensino de Caxambu-MG. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora de Educação, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufjf.br:8080/xmlui/handle/ufjf/1117>>. Acesso em: 25 maio 2017.

AFONSO, A. J. Avaliação Educacional: regulamentação e emancipação. 3. ed. São Pulo: Cortez, 2005.

_____. Escola pública, comunidade e avaliação: resgatando a avaliação formativa como instrumento de emancipação. In: ESTEBAN, Maria Teresa et al (Org.). **Avaliação**: uma prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Petrópolis: DP et Alii, 2008. Cap. 4. p. 67-80.

ANDRADE, E. de L. M. **A formação Continuada dos Diretores Escolares no Contexto da Política Pública das Avaliações Externas**. 2012. 77 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1547>>. Acesso em: 25 maio 2017.

BARBOSA, L. C. de M. **O USO DOS RESULTADOS DO SIMAVE E SUAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES PARA GESTORES ESCOLARES E PROFESSORES: O CASO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE FORMIGA - MG**. 2013. 267 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-9AYK5D>>. Acesso em: 21 maio 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1?concurso=CFS%202%202018>. Acesso em: 06 de jun. 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Brasília, 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em 15 de jun. de 2017.

FERREIRA, D. M. C. **PROGRAMA DE GESTÃO DOS RESULTADOS DO SIMAVE/PROEB DESTINADO A PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE BARBARACENA**. 2012. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1737>>. Acesso em: 03 maio 2017.

FIGUEIREDO, I. M. Z. Os projetos financiados pelo banco mundial para o ensino fundamental no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p.1123-1138, set/dez. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/873/87313699010.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de et al. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. Petrópolis: Vozes, 2009. 87 p.

GALVÃO, J. C. G. **AS AÇÕES DE GESTÃO ESCOLAR QUE GARANTEM O SUCESSO NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA E IMPACTAM NO DESEMPENHO DOS ALUNOS: EXPERIÊNCIAS DE ESCOLAS MINEIRAS**. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1588>>. Acesso em: 27 maio 2017.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

IBGE. **Estados@**: Minas Gerais. 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mg>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **IDEB: Resultados e Metas**. 2016. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 01 out. 2016.

INSTITUTO AVALIAR. Disponível em: <<http://www.institutoavaliar.org.br/>>. Acesso em 25 de jun. 2017.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e Proposições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In: **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EUP, 1986.

MINAS GERAIS. Decreto Nº 44.873, de 14 de agosto de 2008. **Regulamenta a Lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade**. Minas Gerais, MG, Disponível em: <http://www.ipism.mg.gov.br/arquivos/legislacoes/legislacao/decretos/decreto_44873.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2016.

_____. Lei nº 17.600, de 01 de julho de 2008. **Acordo de Resultados e Prêmio Por Produtividade**. Minas Gerais, MG, Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=17600&ano=2008&tipo=LEI&aba=js_textoOriginal>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. Secretaria de Estadual da Educação de Minas Gerais. Secretaria Estadual de Educação. **Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública**. 2016. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. **Resolução Nº. 6.908**. Belo Horizonte, jan. 1992.

_____. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. **Resolução Nº. 14**. Belo Horizonte, fev. 2000.

_____. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. **Resolução Nº. 104**. Belo Horizonte, jul. 2000.

_____. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. **Resolução SEE Nº. 666**. Belo Horizonte, abr. 2005.

MOTTA, A. C. **USO DE RESULTADOS DO SIMAVE/PROEB PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CAXAMBU**. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1345>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

PRADO, M. L. V. do. **ANÁLISE DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO E APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS DO SIMAVE/PROALFA E PROEB DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE TEÓFILO OTONI / MINAS GERAIS**. 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/649>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

QEDU (Brasil). Ministério da Educação. **Minas Gerais**. 2016. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/estado/113-minas-gerais/censo-escolar?year=2015&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item;>. Acesso em: 24 set. 2016.

REVISTA DA AVALIAÇÃO: Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública. Juiz de Fora: Caed/ufjf, 2015. Anual. Disponível em: <<http://www.simave.caedufjf.net/revista/>>. Acesso em: 17 out. 2015.

REVISTA DA ESCOLA: Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública. Juiz de Fora: Caed/ufjf, 2010. Anual. Disponível em: <http://www.simave.caedufjf.net/wp-content/uploads/2012/06/BOLETIM_PROEB_AE_VOL1_2010.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2016.

REVISTA DA GESTÃO ESCOLAR: Simave. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2014. Anual. Disponível em: <<http://www.simave.caedufjf.net/wp-content/uploads/2015/06/SIMAVE-RGE-WEB.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

ROSA, C. C. C. T. **ANÁLISE DE AÇÕES EDUCACIONAIS DE UMA ESCOLA COM BOM DESEMPENHO NO PROALFA**. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1586>>. Acesso em: 28 maio 2017.

SALES, F. R. de O. **A EFICÁCIA DA OFICINA DE CAPACITAÇÃO PARA APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SIMAVE/PROEB: O CASO DE DUAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE JUIZ DE FORA**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/959>>. Acesso em: 06 maio 2017.

SANTOS, J. C. dos. **A (CONTRA) REFORMA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MINAS GERAIS: O Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica/Proeb em análise.** 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufjf.br:8080/xmlui/handle/ufjf/2689>>. Acesso em: 15 maio 2017.

SILVA, P. A. da. **AS INFLUÊNCIAS DO SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.** 2016. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18097>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

SOARES, C. R. **Sistemas de Avaliação em Larga Escala na Perspectiva Histórico Cultural: o caso do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE.** 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Matemática, Educação Matemática, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Dissertacao-Carlos-Renato.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SOUZA, A. F. B. **A QUALIDADE DA ESCOLA PÚBLICA APESAR DO SIMAVE.** 2016. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18385>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

WERLE, F. O. C. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle dos resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio: Avaliação e Políticas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p.769-792, out./dez. 2011. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/03.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.